

**AS DIFERENÇAS
DA IGUALDADE**

DUZZ

REVISTA

AFIRMAÇÃO DE GÊNERO

O respeito pela opção
das minorias

AFIRMAÇÃO FEMININA

As mulheres em busca
da igualdade

AFIRMAÇÃO MASCULINA

O papel dos homens na
educação dos filhos

JORNALISMO UNAERP

MELHOR CURSO DE JORNALISMO DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO

JORNALISMO DE QUALIDADE RECONHECIDA!

Na principal avaliação de ensino superior do Brasil, realizada pelo MEC - o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) - o curso de Jornalismo da Unaerp é Nota 4, numa escala cujo conceito máximo é 5, o que o coloca em 1º lugar entre os cursos de Jornalismo de Ribeirão Preto e região.

É o 1º também entre os cursos de Jornalismo de Ribeirão Preto e região, de acordo com o RUF 2017 - Ranking Universitário da Folha de S. Paulo e 13º curso do Estado de São Paulo entre as instituições privadas.

Recebeu três estrelas do Guia no Estudante, da Editora Abril.

Com mais de 40 anos de história, o curso de JORNALISMO da UNAERP forma profissionais que atuam nas principais emissoras de televisão, rádio, revistas, jornais e mídias digitais do País, e na maioria absoluta do mercado de trabalho regional.

Acesse o portal do curso de Jornalismo e conheça os projetos e as produções dos alunos nas diversas áreas, jornal impresso, rádio, tv, fotografia e mídias digitais: www.jornalismounaerp.com.br



PROCESSO SELETIVO 2018 | PROVAS AGENDADAS
0800 771 8388 | UNAERP.BR

UNAERP CURSO DE JORNALISMO
Universidade de Ribeirão Preto
Campus Ribeirão Preto - Campus Guarujá

Editorial

a crescer após 10 anos. A Organização Não Governamental (ONG), Grupo Gay da Bahia, divulgou o aumento de mortes de pessoas LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Até o dia 20 de setembro de 2017, ocorreram 277 homicídios devido à homofobia, segundo levantamento da ONG baiana. Esses números podem ser piores devido às subnotificações e à falta de estatísticas oficiais.

O país também foi surpreendido quando um juiz da 14ª Vara do Distrito Federal concedeu uma liminar tornando legal a reversão sexual feita por psicólogos, conhecida como a “cura gay” que havia deixado de ser considerada uma doença desde 1990 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A reversão sexual também foi proibida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 1999. Consultando os meus colegas de classe, constatei que esse assunto é muito mais complexo e que podem existir vários ângulos a serem discutidos em relação à afirmação de gêneros, ao direito das minorias e ao preconceito.

Porém, esta troca de informação e de conhecimento de nada adiantará se não houver das partes envolvidas o entendimento de uma expressão que para muitos deixou de existir: respeito, uma palavra de origem do

latim que significa “consideração”. O dicionário exemplifica como um sentimento que nos impede de fazer ou dizer coisas desagradáveis a alguém.

Através dos tempos, alguns escritores e personalidades trataram deste assunto. Simone de Beauvoir (1908-1986) observou que “quando se respeita alguém não queremos forçar a sua alma sem o seu consentimento”. José Saramago (1922-2010) disse que “aprendeu a não tentar convencer ninguém. O trabalho de convencer é uma falta de respeito”. O Rapper Sabotage (1973-2003) escreveu que “respeito é para quem tem”.

Neste mundo de mais de sete bilhões de habitantes, cada um possui uma impressão digital diferente, respeitar isso significa aceitar as diferenças. O pano de fundo de cada matéria passa pela aceitação do outro. Cada uma dessas pessoas retratadas nas reportagens tem o direito de pensar ou de agir à sua maneira. Respeite-os usando o conceito de empatia que harmoniza a vida em sociedade. O respeito é o princípio de tudo.

Douglas Gabriel, aluno da sexta etapa de jornalismo



A AFIR MA ÇÃO DE GÊ NE RO

O tema - a afirmação de gênero - abordado pelos alunos do sexto semestre do Curso de Jornalismo da Unaerp (Universidade de Ribeirão Preto), na segunda edição da Revista Buzz, está muito presente no nosso dia a dia e em diversas partes do mundo. Tema que, em algumas circunstâncias transforma pessoas ditas extremamente racionais em gladiadores que lutavam no antigo Coliseu de Roma. Uma batalha exposta publicamente através das redes sociais, onde as pessoas criam a coragem, que muitos não têm, para manifestar a opinião sobre gêneros, escondidas atrás de perfis, na maioria falsos, para atacar quem é a favor ou contra algum assunto.

O Brasil caiu 11 posições no ranking de igualdade entre homens e mulheres no mundo, apesar de melhoras em determinadas áreas. No mundo, a desigualdade de gênero voltou



BUZZ

ÍND

ICE



De acordo com o artigo 5º da Constituição, homens e mulheres são iguais em direitos e em obrigações, mas a realidade é outra. O Brasil, com representação de 9,9% de mulheres na política, ocupa a 115ª posição no ranking mundial de presença feminina no parlamento entre países analisados pelo projeto Mulheres Inspiradoras (PMI).	DESIREE VIANA	05	Contra o Preconceito
As famílias são construídas de maneira mais tradicional dentro do pensamento de uma criança. Embora elas saibam que mães, pais e avós são pessoas que carregam responsabilidades em comuns e compõem uma família, ainda assim pode haver diferenças das pessoas que moram junto a elas dentro de casa.	ANANDA REVECE	06	O Poder Feminino na Política
	DOUGLAS GABRIEL	08	O Sufrágio da Mulher
	LIVIA OLIVEIRA FURLAN	10	Não Quero ser Mãe
	LUCAS MERCÊS	12	Direção Feminina
	SAMANTHA VERHAEG	14	Na Cama com Chico
	SARAH PELLOSO	16	Filhos da Mãe
	ALICE DE CARVALHO LEAL	18	Rua de Riscos
	GIOVANNA GREPI	20	Intimidade Exposta
	GIOVANNA PRATALI MOREIRA	22	Entre Beijos e Abusos
	FRANCINE RODRIGUES	24	Homem Moderno
	MURILO BADESSA	26	Aventuras de um Pai Solteiro
	JULIANA LEAL	28	Entre Pais e Filhos
	LÍRIA MACHADO	30	Reconhecendo a Diversidade
	LEONARDO SEGUR	32	Redesignação Sexual
	MARIA JÚLIA PEREIRA	34	A Redescoberta dos Gêneros
	PAULO APOLINÁRIO	36	Aceitar para Integrar
	GUILHERME GHIRARDELLI	38	Os Gêneros Marginalizados
	PEDRO GROSSI	40	Os LGBTs na Publicidade
	JEZIEL HENRIQUE ARAÚJO	42	Musas da “Sofrência”
	VITOR NEVES	44	Elas Apitam Sim!
	JÚLIA GRACIOLI	46	Sem o Nome do Pai

Quem vê a mulher de cabelos curtos e ciclando sucatas não imagina a menina sonhadora e inocente que ela por trás da armadura. Liziane tem 34 anos, nasceu em Brasília-DF e vive nas ruas de Ribeirão Preto há mais de 20 anos. “Liziane”, como gosta de ser chamada, percorreu o país como cantora gospel. trocou a estrada musical por rumos incertos que a levaram até o crack.

Considerado um campo fértil para a identificação de questões importantes para a sociedade, o âmbito acadêmico ainda não está totalmente preparado para lidar com as problemáticas relacionadas à diversidade de gênero.

EXPEDIENTE: Buzz – Revista Laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade de Ribeirão Preto – Unaerp. Projeto de Extensão Interdisciplinar da sexta etapa de graduação em Jornalismo. **Reitora da Universidade de Ribeirão Preto:** Profa. Elmara Lucia de Oliveira Bonini. **Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão – Graduação:** Profa. Sonia Maria Camargo dos Santos. **Coordenador do Curso de Jornalismo:** Prof. Geraldo José Santiago. **Professores responsáveis:** João Flávio de Almeida, Murilo Pinheiro e Rafael Reis. **Produção:** alunos da sexta etapa do Curso de Jornalismo. **Repórteres/Fotógrafos:** Alice de Carvalho Leal, Ananda Revece, Desiree Viana, Douglas Gabriel, Francine Rodrigues, Giovanna Grepi, Giovanna Pratali Moreira, Guilherme Ghirardelli, Jeziel Araújo, Júlia Gracioli, Juliana Leal, Leonardo Segur, Líria Machado, Livia Oliveira Furlan, Lucas Mercês, Maria Júlia Pereira, Murilo Badessa, Paulo Apolinário, Pedro Grossi, Samantha Verhaeg, Sarah Pelloso e Vitor Neves. **Inserir:** **Fotos capa, editorial e índice:** Antônio Marcos Roque. **Apoio:** Maria Amélia Gallo. O teor das matérias publicadas nesta revista é de responsabilidade dos autores, não representando, portanto, a opinião da instituição mantenedora. **Impressão:** Maxicolor Gráfica e Editora. **Distribuição:** gratuita. **Versão digital e estendida:** www.jornalismounaerp.com.br. **UNAERP** – Universidade de Ribeirão Preto. Curso de Comunicação Social. Av. Costábile Romano, 2.201 – Ribeirão. CEP 14096-380 Ribeirão Preto – SP Fone: (16) 3603-6749/3603-6716 <http://jornalismounaerp.com.br/> - <http://unaerp.br/>

CONTRA O PRECONCEITO

Fundada há cinco anos, a ONG Enigma realiza trabalhos como palestras e eventos educativos para diminuir o preconceito contra a população LGBT

Segundo Flávio Fonttigny, presidente da ONG, o movimento começou após um episódio ocorrido no centro de Pontal. Flávio foi ofendido por vendedores de abacaxi. “Quando passei, um olhou para o outro e falou: ‘Olha o seu aí’. Aí perguntei o que ele queria dizer com isso. Ele respondeu ‘não tô falando com você, tô falando com ele. Olha o seu aí, vai casar?’ Eu acabei sendo grosseiro com ele”. Flávio conta ainda que jogaram um abacaxi nele, que por sorte não acertou, e foi ofendido com palavras. “Naquela época, ninguém tinha noção de que atitudes tomar, não sabia que tipo de agressão estava sofrendo”, completa o presidente da ONG.

Esse episódio repercutiu na cidade e o presidente da ONG Fenix, de Sertãozinho, Alessandro Baptista, procurou Flávio e mais um grupo de pessoas para uma reunião. A partir disso, surgiu a ONG Enigma. Logo no começo, a entidade já fez atos para chamar a atenção da população. No primeiro Dia Internacional Contra a

Homofobia, após a criação da ONG Enigma, em 17 de maio de 2012, houve na praça central uma apresentação, utilizando o coreto e telões. “Fizemos um ato de luto, pessoas de preto, entrando com velas para representar todos os homossexuais que são mortos no nosso Brasil”, conta o presidente. Outro ato do dia foi colocar dois homens gays andando de mãos dadas na praça, e depois duas lésbicas, para observar a reação do público.

Os integrantes da ONG também promoveram palestras em escolas de ensino médio, uma vez por ano, com orientações sobre sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros preconceitos, destacando a importância de educar desde cedo com assuntos que geralmente não são tratados nas escolas de forma completa. Para chamar atenção dos jovens, foram apresentados filmes de curta-metragem, um deles foi “Eu não quero voltar sozinho”, que deriva de uma produção nacional. “Além de bate-papo com



os integrantes, a ONG LGBT também promove atividades, trabalha com a parte de saúde, entrega preservativos, orienta as pessoas sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), preconceito contra idoso, racismo e pedofilia”, conta Flávio.

Outro trabalho importante é a arrecadação de alimentos feita de porta em porta, com voluntários. Segundo

Flávio, a ONG ajuda a família necessitada por até três meses, acompanhando o andamento da situação financeira.

A entrega de preservativos continua, em lugares de risco, em bares e boates noturnas. No futuro, a ONG Enigma tem a proposta de implantar na cidade a parte de tratamento hormonal para homens e mulheres trans.



“ ANANDA REVECE

O PODER FEMININO NA POLÍTICA

Apesar dos avanços da participação das mulheres, o Brasil fica em 115ª em ranking mundial de presença feminina no parlamento com apenas 9,9%. Em Ribeirão Preto, em 147 anos de história da Câmara de Vereadores, apenas oito mulheres foram eleitas

Desde 2009, Gláucia Berenice atua como vereadora em Ribeirão Preto. Dos 27 eleitos em 2016, a assistente social é a única mulher na Câmara Municipal. “Vivemos em uma sociedade machista e o ambiente político é extremamente dominado pelos homens. Um lugar onde a mulher tem que provar e comprovar a competência o tempo todo”, disse a vereadora. No início da carreira, por ser afrodescendente e de origem pobre, as pessoas questionavam a sua habilidade para lidar com questões políticas. “Somos mais eleitoras mulheres do que eleitores homens, porém, as mulheres ainda votam, majoritariamente, em homens”. Gláucia ainda destaca que os partidos só dão oportunidades para as mulheres com o objetivo de cumprir a cota da legislação eleitoral que determina que 30% dos candidatos sejam do sexo feminino.

De acordo com o artigo 5º da Constituição, homens e mulheres são iguais em direitos e em obrigações, mas a realidade é outra. O Brasil, com representação de 9,9% de mulheres na política, ocupa a

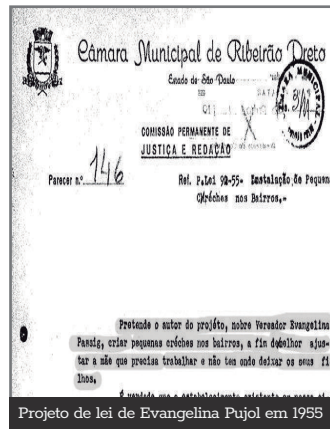
115ª posição no ranking mundial de presença feminina no parlamento entre os 138 países analisados pelo projeto Mulheres Inspiradoras (PMI). Em primeiro lugar, está Ruanda, com 63,8%, em segundo lugar, a Bolívia com 53,1%, seguido por Cuba, com 48,9%, Islândia com 47,6% e Suécia com 43,6%. De 1990 para 2017, o percentual de mulheres no parlamento federal passou de 5,3% para 9,9%. No Brasil, contudo, o crescimento estagnou em 2014. Considerando o aumento anual médio de 2,7% da participação de mulheres no parlamento, isso quer dizer que o Brasil levará aproximadamente 63 anos para que 50% das cadeiras de deputados federais sejam ocupadas pelo gênero feminino. Ou seja, essa previsão só se concretizará em 2080.

Mulheres na Câmara de Ribeirão Preto

Em 22 de fevereiro de 1874, foram realizadas as eleições para a escolha dos primeiros vereadores e juizes de paz de Ribeirão Preto. A primeira mulher a ocupar o cargo de vereadora foi a



advogada Evangelina de Carvalho Pujol Passig em 1952. O projeto de pequenas creches nos bairros da cidade partiu de Evangelina, que percebeu a necessidade das mulheres que estavam começando a sair de casa para trabalhar. Sua legislatura foi de 1º de janeiro de 1952 a 31 de dezembro de 1955. Só depois de quase 40 anos, duas mulheres ocuparam novamente os lugares na Câmara: a economista Delvita Pereira Alves e a professora Joana Leal Garcia, na legislatura de



da de Carvalho Rosa.

A primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita de Ribeirão Preto foi Dárcy Vera, em 1º de fevereiro de 2009. Enquanto Gláucia Berenice dos Santos da Silva e Silvana Resende atuavam como

Em 147 anos de história da Câmara, apenas oito mulheres foram eleitas.

Mesmo diante ao machismo, Silvana Resende permaneceu no cargo de vereadora durante quatro mandatos. Ela diz que o preconceito vem, muitas vezes, das outras mulheres e que seus eleitores eram na maioria homens. “O homem comum já se acostumou a conviver com outros mais poderosos que ele. Já para a mulher, isso é recente. Ela compete muito e sempre

ainda acha que política não é para mulher”.

Além de se sentir sozinha lutando contra o sistema, Silvana sempre defendeu a renovação política e por isso decidiu sair do cargo. “Comprometi minha qualidade de vida, minha família, minha vida profissional e, principalmente, minha saúde brigando e lutando sozinha”, acrescentando que não se arrependeu por ter entrado e saído da política.

Na visão do sociólogo Sérgio Vinícius de Lima Grande, na segunda metade do século XX, o papel da mulher foi se transformando e quebrando paradigmas. Já no século XXI, houve um crescimento incrível. “O número de mulheres na política é escasso, entretanto não podemos aceitar que o eleitor é conservador e vota apenas em homem. Essa é uma ideia que não se comprova cientificamente. Há poucas candidatas comparando-se com homens”, afirma. Para o sociólogo, falta a análise do eleitor, mas também uma capacidade maior de apresentação das candidatas. Para que outras mulheres sejam eleitas, elas precisam ser mais capacitadas. Sérgio conclui declarando que “no plano municipal, estadual e federal, não creio que haja falta de quantidade e sim de qualidade. O eleitor não vota por questão do gênero e sim pelo que acha mais adequado”.



Gláucia Berenice, única vereadora da atual legislatura

1993 a 1996. Desde então, foi mais comum ver o sexo feminino no poder. No ano seguinte, de 1997 a 2000, foram eleitas as jornalistas Dárcy da Silva Vera e Silvana Resende Gonçalves, além de Joana Leal Garcia. De 2001 a 2004, as três permaneceram. Para a legislatura de 2005 a 2008, Joana Leal Garcia não foi reeleita e entrou Fátima Apareci-

vereadoras, Dárcy Vera permaneceu no cargo até o final de 2016, quando foi afastada da Prefeitura pela Justiça. A vereadora do PSDB Gláucia Berenice assumiu o cargo, interinamente, por 17 dias. A advogada Viviane Rodrigues Alexandre foi a segunda vereadora desta legislatura. Atualmente, apenas Gláucia Berenice permanece na política.

se compara. Em vez de concluir que quando uma chega ao poder, as portas se abrem para outras, ocorre o contrário. Ela se pergunta: essa mulher será mais admirada do que eu? Será mais desejada do que eu? Será mais respeitada do que eu? Outro empecilho é a falta de compreensão daqueles que fazem parte da família. “O marido



“ DOUGLAS GABRIEL

O SUFRÁGIO DA MULHER

O voto feminino completou 85 anos no Brasil, mas as mulheres ainda lutam para conquistar a igualdade na representação política

O direito de escolher o representante que vai promulgar as leis que ditam o rumo de uma comunidade, hoje é comum para homens e mulheres. Porém, a permissão do sexo feminino ir a urna veio somente depois de vários conflitos que atravessaram séculos, desde a Revolução Francesa (1789 a 1799), com Olympe de Gouges, publicando a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” em 1791. Antes mesmo do começo do feminismo, a ativista francesa reivindicava os mesmos direitos dos homens. O que a levou a ser condenada como revolucionária, terminando na guilhotina em 1793.

Foi somente durante da Revolução Industrial que a busca da mulher em participar da esfera pública política, ganhou novos contornos. O termo sufragista surgiu na Inglaterra para expressar esse desejo. O nome é uma derivação de sufrágio, o direito público de votar e de ser votado. Mesmo em países avançados para época, o voto feminino não era permitido. “O voto é uma arma poderosíssima para uma mudança social”, diz o professor de história Rafael Cardoso.

Com a industrialização no século XIX, as mulheres começaram a sair de casa para trabalhar em ambientes considerados estritamente masculinos. Essa presença causou estranheza nos homens, consequentemente, o machismo e a

misoginia, (preconceito contra a mulher) começaram a ser aplicados. A mulher era aceita no trabalho por necessidade, mas não tinha autonomia sobre o seu corpo e o seu destino. “As mulheres que perceberam essa situação, se organizaram em frentes de pensamentos, de como desvencilhar dessas algemas e a primeira bandeira de luta foi a do voto. Elas escolheriam as representantes dentro da sociedade que pensam e repensam as leis”, comenta o professor.

Sufragistas no Brasil

Em 1891, dois anos após a queda da Monarquia, a discussão chegou ao Congresso e uma emenda na nova Constituição republicana, que dava o direito da mulher ir às urnas, foi rejeitada. Com a chegada do novo sistema político, nomes como da professora baiana, Leolinda Figueiredo Daltro e de Berta Lutz, começaram a ganhar força. Em dezembro de 1910, a professora fundou o Partido Republicano Feminino (PRF), que tinha como principais plataformas, o direito do voto e a luta contra a exploração das mulheres.

Em 1917, um grupo de 84 mulheres, que lutavam pelo direito de votar, lideradas por Leolinda, realizou uma passeata no centro do Rio de Janeiro, que era a capital federal. O principal motivo foi a rejeição da emenda a lei eleitoral de



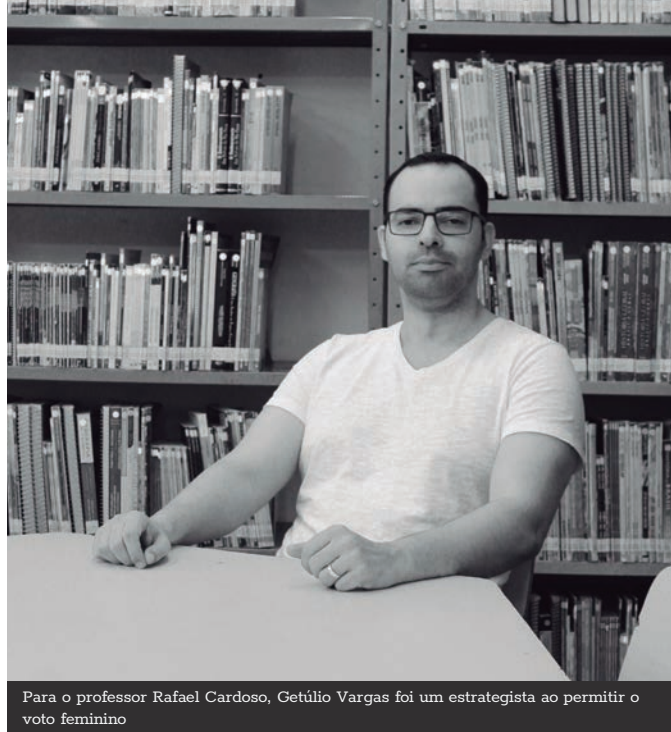
1916, que estendia o alistamento eleitoral para elas, além de alterar a comprovação de renda para participar das eleições.

A bióloga Berta Lutz, em 1919, fundou a LEIM (Liga da Emancipação Intelectual da Mulher). O grupo feminista era formado basicamente pela classe alta e letrada fluminense. Como diferenciais, o PRF buscava entrar nos espaços considerados exclusivos dos homens e o LEIM pretendia expor as ideias através de cartas à imprensa e de pronunciamentos em público.

Luiz Eugenio Scarpino Junior, coordenador de direito eleitoral da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), explica que o voto é um dos principais mecanismos de exercício da cidadania. Uma das únicas ferramentas onde qualquer indivíduo tem a mesma expressão e capacidade. “Neste momento, todos estão no mesmo plano, não importando o gênero sexual, a capacidade econômica ou o título social e sim a capacidade de escolher a pessoa que pareça melhor”, completa.

O direito provisório das mulheres, de votarem e de serem eleitas, veio durante o governo de Getúlio

SEGUNDO O ADVOGADO LUIZ EUGENIO SCARPINO JUNIOR, O VOTO É UM DOS PRINCIPAIS MECANISMOS DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA



Para o professor Rafael Cardoso, Cetúlio Vargas foi um estrategista ao permitir o voto feminino

Vargas, em 24 de fevereiro de 1932, há 85 anos. Em princípio, somente as casadas e com autorização dos maridos, viúvas e solteiras com algum tipo de renda, tinham essa licença. Na constituição de 1934, a limitação foi retirada. Somente em 1946, o direito foi estendido aos dois sexos sem restrições. Para Rafael Cardoso, Vargas foi um político estrategista, por permitir o voto feminino. “O ex-presidente chamou as mulheres para o seu lado como eleitoras. O mesmo aconteceu com os direitos trabalhistas. Essas atividades com as minorias formam o chamado populismo”, explica o professor.

Antes, em 1928, o Senado Federal havia enxergado a capacidade eleitoral da mulher aos 21 anos. Com isso o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, conseguiu alterar a constituição potiguar, colocando o direito de voto à mulher do seu estado. Com isso, a professora Celina Guima-

rães Vianna foi a primeira mulher da América do Sul a tirar um título eleitoral.

Ribeirão Preto

O que há de mais próximo do termo sufragista na cidade ocorreu no início do golpe de Getúlio Vargas, em outubro de 1930. Evangelina de Carvalho Pujol Passig, nascida no Rio de Janeiro. Formada em direito, uma das primeiras mulheres a ter um diploma universitário no país, esteve à frente de uma passeata que ocorreu na cidade, depois da notícia da vitória da Aliança Liberal de Vargas. “A passeata da Revolução, partiu da estação da Mogiana (atual UBDS – Central) e percorreu a rua General Osório, com a Evangelina enrolada em uma bandeira do Brasil. Na sequência,

PARA O PROFESSOR RAFAEL CARDOSO, O VOTO É UMA ARMA PODEROSÍSSIMA PARA UMA MUDANÇA SOCIAL

os manifestantes empastelaram o jornal A Cidade, na São Sebastião. Terminaram em frente ao palacete do prefeito Camilo de Mattos, onde arrancaram uma placa”, relata o jornalista Nicola Tornatore.

Evangelina Passig, mais tarde foi eleita à primeira vereadora de Ribeirão Preto, exercendo o cargo entre 1952 a 1955. Assumiu a cadeira de segunda secretária da mesa diretora da Câmara de Vereadores em 1954. Inaugurado há dois anos, o terminal de ônibus da Avenida Jerônimo Gonçalves recebeu o seu nome.

Apesar de formar a maioria do eleitorado, 53% em Ribeirão Preto, para Gláucia Berenice, a mulher ainda vive a desconfiança na política e para prevalecer tem de ser três vezes mais competentes do que os homens. Ela foi a única vereadora eleita entre os 27 da atual legislatura e assumiu a presidência da Câmara e depois a Prefeitura de Ribeirão Preto, após a Operação Sevandija. “Tomei decisões que nenhum homem teve coragem. Apesar de existir uma lei de cotas para a mulher concorrer nas eleições, a luta para ter representatividade em lugares de decisão permanece. Dentro do universo feminino são muitas demandas e ainda existe um ranço cultural que precisamos vencer”, conclui a vereadora.

“ LÍVIA FURLAN

NÃO QUERO SER MÃE

A decisão das mulheres de não ter filhos vai além de um comportamento feminista, é questão de opinião

“Minha mãe uma vez falou: ‘filha, tem, aí você me dá e eu crio’”. Essa foi uma das frases que Aliene Lago ouviu da mãe quando avisou que não quer ter filhos. “Aí eu falei ‘mãe não vou ter um filho para você criar’, mas ela fala que quer muito ser avó”. Aliene tem 25 anos e há dois tomou a decisão de não ter filhos após se aprofundar no movimento feminista. “Eu tenho me perguntado se é isso mesmo que eu quero ou se é isso que a sociedade quer que eu queira”, comenta.

Formada em psicologia, Aliene explica que não foi só o movimento feminista que a fez tomar essa decisão. “Busco ser autônoma, e não consigo me imaginar abrindo mão da minha vida profissional. Parar de clinicar e voltar dali três meses. Você tem o risco de perder os pacientes”. Mesmo afirmando que não deseja ser mãe, Aliene sabe que isso pode mudar. “Pode ser que eu mude de ideia daqui a alguns anos, mas hoje eu não quero ter filhos”.

Karine Cardozo, psicóloga e pós-graduanda em gestão de pessoas, explica que a melhor forma da mulher comunicar esse desejo é expondo seu ponto vista. “A melhor maneira de comunicar é expondo a visão da mulher sobre a situação. Justificando os seus motivos, pois, é algo que envolve diversas razões dessa escolha”. Ela ainda esclarece que apesar de a sociedade impor certa



“Eu tenho me perguntado se é isso mesmo que eu quero ou se é isso que a sociedade quer que eu queira”, comenta Aliene

“

cobrança sobre a questão da maternidade, a individualidade de cada um deve ser respeitada. “Cada mulher que decide não ser mãe, precisa ter respeitados os seus desejos, objetivos e escolhas de vida”, comenta Karina.

Aliene considera a mulher muito responsável pela maternidade. “Eu acho a mãe muito responsável por um filho, socialmente falando e, às vezes, até do ponto de vista biológico”. O mestre em ciência política, Marcelo Buffa, comenta que “em uma sociedade mais racionalizada e com desenvolvimento dos direitos fundamentais mais consolidados, as mulheres sentem menos essa responsabilidade. Sendo a mulher a maior conquistadora desses direitos, elas têm uma consciência melhor do que representam ali”.

Segundo pesquisa de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de mulheres sem filhos chegou a 38,4%. “Muitas mulheres hoje criam filhos sozinhas. Há a própria pressão social sobre elas, ter o tempo de vida dela. Tem ainda a questão da maternidade, são obrigações que, se a gente pensar na questão de gênero, basicamente, os homens não têm essas obrigações”, comenta Marcelo Buffa. Além disso, o sociólogo explica que o direito da mulher

SEMPRE DEIXO CLARO QUE PODEMOS SER FELIZES E COMPLETAS

Paula Rojo

”

decidir se quer ser mãe, assim como outras questões, chega à formação de identidade dos seres humanos. “Temos hoje um sujeito descolado de um núcleo de coisas que an-

mentou de 13,5% em 2004 para 18,8% em 2014. “A mulher hoje tem mais personalidade no que elas podem decidir e polir. Alguns aspectos que antes seriam mais pesados, hoje

“Não foi uma opção desde sempre. Foram vários relacionamentos que não deram certo, e com isso a vontade de ter filhos foi diminuindo até chegar a decisão de não ter”, co-



Para Paula, a vontade de ter filhos foi diminuindo com relacionamentos que não deram certo

tes ele tinha muita certeza sobre”. Ele ressalta que a responsabilidade social da maternidade e da mudança da estrutura familiar não podem ser colocadas apenas para a mulher.

A mesma pesquisa do IBGE mostra que o total de lares sem filhos au-

não pesam tanto. Vamos fazer uma ressalva para o fato de que isso muda dependendo da cultura local, porque isso é carregado por questões morais”, completa Buffa.

A fisioterapeuta Paula Rojo é mais uma mulher que decidiu não ser mãe.

menta. Ela diz que até hoje algumas pessoas ficam indignadas quando descobrem que decidiu não ter filhos, mas que as pessoas que importam para ela, aceitam e respeitam essa decisão. “Sempre deixo claro que podemos ser felizes e completas, mesmo sem filho”, completa.

“ LUCAS MERCÊS

DIREÇÃO FEMININA

Segundo o Departamento Nacional de Trânsito, aproximadamente 20 milhões de mulheres dirigem no Brasil, mas apesar desse número as mulheres reclamam do preconceito no trânsito



Estatísticas do Denatran demonstram que mulheres dirigem com mais prudência

Em pleno século XXI, os pensamentos são como antigamente. O estereótipo que a mulher não sabe dirigir ainda persiste na sociedade. Elas que dirigem porque gostam ou por trabalho ainda sofrem preconceito diariamente. Inúmeras mulheres dirigem por hobby, profissão ou somente porque precisam.

Mas, todos os dias, estão sujeitas ao preconceito. Em 2014, no Brasil, segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) cerca de 60 milhões de pessoas dirigiam. Aproximadamente 20 milhões eram do sexo feminino. A maior prudência da mulher ao dirigir se traduz nas estatísticas. Segundo o

Denatran, 71% dos acidentes são causados por homens, apenas 11% são culpa das mulheres.

Embora o número de motoristas mulheres seja muito alto, elas estão sujeitas a passar por esse tipo de discriminação a todo instante. Daniela Pimenta foi motorista de Uber durante seis meses, nesse período ela se deparou com algumas situações constrangedoras. “Geralmente, alguns homens seguravam no console do carro, ficavam tensos porque era uma mulher que estava dirigindo”.

Uma famosa fase preconceituosa é “tinha que ser mulher”. A supervisora de vendas, Tarcila Milena Moraes, conta que escuta muito isso. O semáforo abre e você não percebe. “É porque é mulher”. Ela ouve muitas piadas e comentários desse tipo trabalho, questionada como se sente, ela brinca: “Não me sinto mal, porque geralmente dirijo melhor que todos eles juntos”.

Edileusa Pereira é motorista há nove anos de veículos de grande porte, já dirigiu de tudo um pouco, caminhão, ônibus rodoviário, atualmente conduz ônibus urbano. Ela diz ter passado por várias situações de preconceito. A primeira vez aconteceu em uma excursão escolar. “Um dos pais chegou até onde eu estava e ficou olhando, como se esti-

vesse procurando algo. Quando eu disse, ‘bom dia senhor, posso ajudá-lo?’ Ele respondeu que estava procurando o motorista do ônibus. Falei que era eu. Ele colocou a mão na cabeça e disse ‘Meu Deus’.”

A pioneira

Natural de Brasília, a baixinha Edileusa, de apenas 1 metro e 47 centímetros de altura, na realidade, é uma gigante. Foi a primeira mulher a dirigir ônibus em Ribeirão Preto. “Há mais de 20 anos, o transporte urbano da cidade estava apenas com os homens, entrei como experiência, fui a primeira”.

Uma mulher atrás de um volante de ônibus era algo tão inédito na cidade que segundo ela as pessoas falavam: “Nossa é uma mulher”, outros na hora de entrar no veículo desejavam boas vindas. “O povo me olhava admirado”. A motorista tem orgulho da profissão e passou a dirigir ônibus por conta do seu pai. “Ele foi motorista durante 38 anos, passei a minha infância dentro do ônibus, está no sangue, eu amo de paixão o que faço.”

Além de ser uma grande profissional, Edileusa também inspirou outras mulheres a seguirem o mesmo caminho, “As que me viram dirigindo tiveram mais coragem, tiraram habilitação e até já entraram na empresa”. Mesmo que os núme-



Daniela Pimenta, ex-motorista de aplicativo de carona, já sofreu preconceito

ros demonstrem que as mulheres sabem dirigir, a sociedade continua fazendo piadas preconceituosas e brincadeiras de mau gosto. Para Daniela, a mudança precisa ser profunda e a cultura do povo tem que mudar.

Casos de preconceitos não são apenas praticados por homens, às vezes, mulheres também são causadoras desse transtorno. Foi o que aconteceu com Edileusa. Ela relata que dirigia um ônibus urbano em Ribeirão Preto e percebeu que os passageiros subiam no veículo, mas uma mulher em um ponto nunca entrava. “Eu achava

que ela fosse pegar outro ônibus. Quando um colega dela perguntou porque ela não ia e ela respondeu que tinha medo por eu ser mulher”, completa.

Muitas ocorrências de preconceito contra a mulher não são levadas a diante, mas segundo o advogado, Adhemar Padrão, se caso realmente se tratar de discriminação, o infrator pode ser enquadrado no crime de injúria e, ou difamação. “Se causar aborrecimento além do normal, também pode ser passível de indenização por dano moral, mesmo sem discriminação do gênero”, afirma Adhemar.

“ SAMANTHA VERHAEG

NA CAMA COM CHICO

Desenvolvidos primeiramente em 1860, os coletores menstruais ganharam destaque nas mídias e nas conversas femininas nos últimos anos. Eles são uma opção mais sustentável e benéfica à saúde da mulher que os absorventes normais, sejam eles internos ou externos

Você já deve ter visto por aí algumas fotos, relatos e mesmo notícias sobre os coletores menstruais. Eles vêm dominando o “papo calcinha” e conquistando corações junto ao feminismo. Se você não faz ideia do que eles são, para que servem e sequer a sua própria relação com este movimento de luta, não se preocupe: é bem mais fácil de entender do que parece. Como o próprio nome já entrega, os coletores menstruais são exatamente isso: copinhos que coletam a menstruação. Pode parecer uma ideia um pouco assustadora, um copo dentro do corpo feminino que serve para guardar o sangue eliminado. Surgem então muitas dúvidas em relação ao seu propósito, seu uso e suas consequências nas mulheres. Quando se começa a conhecer o coletor, as principais dúvidas são relacionadas às suas diferenças em relação aos absorventes comumente utilizados nos períodos menstruais. Tais diferenças estão presentes tanto em sua composição quanto nas suas formas de utilização.

Um copinho dentro do corpo que coleta o sangue da menstruação que deveria estar indo para o ralo. Pode parecer

estranho, pode soar constrangedor e até nojento, mas não é bem assim para todo mundo. Enquanto algumas mulheres sequer conseguem olhar para o próprio sangue menstrual, outras se redescobriram com o uso do coletor. Enfrentando os tabus e preconceitos, ele trouxe vantagens para a professora de 29 anos, Nathália Fonsatti Martinho, que sequer eram cogitadas. Agora, ela enfrenta a menstruação como uma experiência menos desagradável. “Eu me sinto mais leve e limpa, às vezes, nem lembro que estou menstruada, já com o absorvente comum ficava toda assada.”

Ao contrário do absorvente interno, o coletor não dá às usuárias a chance de utilizar um aplicador. A mulher, necessariamente, precisa tocar a sua vulva e introduzir os próprios dedos em sua vagina. Esta característica do copinho é a maior causadora da divisão do público feminino. Após inúmeros anos vivendo numa sociedade machista, regida pelo patriarcado e que condena situações naturais do corpo feminino, como a menstruação, a repulsa que algumas mulheres sentem em relação ao coletor torna-se compreensível. Afinal

COLETOR MENSTRUAL

12H

- Pode usar a qualquer hora
- Pode usar sem calcinha
- Não vaza
- Reutilizável

- Pode usar a qualquer hora
- Precisa usar calcinha
- Vaza facilmente
- Não reutilizável

ABSORVENTE INTERNO

4H

ABSORVENTE EXTERNO

8H

- Não pode usar à noite
- Pode usar sem calcinha
- Pode vazar
- Não reutilizável

de contas, elas estão na ponta do iceberg das suas lutas externas e internas para que a aceitação se torne presente não só na sociedade, mas também dentro de cada uma.

A mulher e sua sexualidade

Segundo a psicóloga Carolina Fontanesi Zuffo (CRP: 06/136040), a sexualidade feminina é um assunto tratado de forma cada vez mais livre e frequente, um fator importante para o desenvolvimento pessoal. “Nos dias atuais, falar sobre sexualidade feminina fez com que a mulher buscasse um espaço maior na sociedade e pensasse a sexualidade como algo que compõe a construção do seu ser em qualquer fase de sua vida”, observa.

Ainda segundo ela, durante o período menstrual, muitas mulheres acabam evitando o contato íntimo. Com a maior necessidade do toque na

hora de utilizar o coletor menstrual, a mulher pode, então, usufruir mais do autoconhecimento. “O toque é fundamental para o autoconhecimento da mulher. Através dele, ela consegue desenvolver melhor sua sexualidade, além de favorecer diversas formas de vivenciá-la”, afirma Carolina.

Nas aulas de educação sexual que os pré-adolescentes recebem logo no início da puberdade, aprende-se que a masturbação é uma ação que estimula os órgãos sexuais com objetivo de atingir o orgasmo, ou seja, buscando o prazer. A partir de então, conforme o desenvolvimento continua, a curiosidade se torna mais aguçada e a vida segue. Logo todos descobrem como a masturbação masculina funciona. Todavia, muitas pessoas percorrem toda a sua vida sem entender o mínimo sobre o prazer feminino. O

toque gerado pelo coletor traz novas oportunidades. “Ao conhecer melhor o seu corpo, a mulher pode descobrir outras formas de prazer, favorecendo as experiências sexuais. Para muitas mulheres, o desenvolvimento sexual inicia com o toque”, comenta a psicóloga. Com o autoconhecimento físico, a mulher começa a quebrar seus próprios preconceitos, que anteriormente eram gerados pela falta de informação. A aceitação também é outro fator desenvolvido durante este processo, o que torna a mulher muito mais confiante e independente.

A história do coletor

Ao mesmo tempo em que o coletor pode deixar algumas mulheres

apreensivas, ele também conquistou rapidamente o coração de outras, chegando então a um comum questionamento: “Como não pensaram nisso antes?” Só que, ao contrário do que muitas pensam, os coletores menstruais não são exatamente uma novidade. Ele existe há muito tempo, com os primeiros protótipos datados de 1860. Já em 1935, o coletor era praticamente igual ao que usamos hoje. Este modelo foi desenvolvido por Leona Chalmers, sendo aprimorado em 1950 e lançado com um novo design. Apesar do grande investimento em marketing feito pela empresa, o negócio veio à falência, consequência dos enormes tabus que sempre entornaram a menstruação e a sexualidade feminina.

“

PELO MEU PONTO DE VISTA É ALGO ANTI-HIGIÊNICO E MUITO “MODERNO”

Gabrielle Cristina,
22 anos

”

“

EU ME SINTO MAIS LEVE E LIMPA, ÀS VEZES NEM LEMBRO QUE ESTOU MENSTRUADA

Nathalia Martinho,
29 anos

”



“ SARAH PELLOSO

FILHOS DA MÃE

As crianças se sentem ainda mais pressionadas pelos comportamentos sociais que cobram a presença dos pais

As famílias são construídas de maneira mais afetiva dentro do pensamento de uma criança. Embora elas saibam que pai, mãe e avós são pessoas que carregam características em comuns e compõem uma família, ainda assim pode parecer diferente das pessoas que moram junto a elas dentro de casa. A presença do pai e da mãe forma uma concepção de família mais afetiva e próxima. Fazer com que uma criança entenda que a família dela não precisa ser necessariamente igual a de outro colega pode ser uma missão complicada. O ser humano nasce com uma bagagem de informações arcaicas e pouco dispostas a mudanças. Isso é passado pela mídia, escolas e até dentro da própria casa.

De acordo com a pesquisa feita pela socióloga Ana Liési Thurler, intitulada “Paternidade e deserção: crianças sem reconhecimento, maternidades penalizadas pelo sexismo”, hoje no Brasil existem cerca de 800 mil crianças registradas sem que haja a definição de paternidade. Os pais que não assumem a paternidade de seus filhos, muitas vezes, somem durante o período da gravidez. Os homens não sentem a obrigação de “assumir” qualquer necessidade que a criança tenha, seja o sobrenome na certidão de nascimento ou um remédio que o filho esteja precisando. Nesses casos, as crianças são intituladas como “filhos da mãe”, sendo elas as respon-

sáveis por toda e qualquer necessidade de afeto ou de bens materiais.

O SAEEB (Serviço de Apoio Especializado à Educação Básica), em Monte Alto, oferece atendimento a crianças que podem apresentar alguma dificuldade na aprendizagem ou no convívio em sala de aula. Não, especificamente, as dificuldades são relacionadas às famílias, mas na vida da criança. Daiane de Fátima Venteu, coordenadora do programa, diz que as crianças vão se ressentindo gradativamente da falta dos pais. “Elas têm muito medo de conversar e mostrar o que estão sentindo e pensando, isso torna o trabalho um pouco mais demorado e requer paciência para conquistar a confiança”. Em algumas situações, a criança precisa fazer um acompanhamento com psicólogo para conseguir entender que as pessoas que estão com ela são de confiança e querem ajudar. “Existem as crianças que sentem falta da figura paterna, aquelas que não entendem muito bem a situação e outras que a substituem com a figura do pai pela de um avô”, afirma Daiane. Os familiares precisam estar dispostos a manter um diálogo com as crianças para que não sofram repressão pela sociedade que quer ditar o certo e o errado.

As famílias que fogem do padrão ainda estão em período de aceitação dentro da sociedade atual, ainda que há anos tenham mães que criam seus filhos

sozinhas. A mãe, L.F., de 29 anos, afirma que as escolas têm começado a entender que as crianças precisam estar cientes e aprender sobre a diversidade das famílias. “Meu filho precisa saber que não é pela falta do pai que não somos uma família tão feliz igual às outras”. L.F. conta sobre as dificuldades de criar um filho sem apoio ou alguém para dividir o dia a dia. “A carga de responsabilidade é imensa, difícil, mas nada é impossível perto do meu amor e dedicação para trazer o melhor para ele”, finaliza a mãe emocionada.

Em algumas escolas do Brasil, o “Dia das Mães” e “Dia dos Pais” têm sido substituídos pelo “Dia da Família” para não constrianger crianças que não têm qualquer dos outros familiares. Cada sala de aula possui um caso diferente, as crianças convivem diariamente com situações que confundem os pensamentos. “Já teve

casos aqui na escola, de cada ano vir uma pessoa para participar das comemorações de Dia dos Pais, por exemplo, porque a mãe coloca seus namorados como pai da criança”, comenta Priscila da Silva Carnaroli, diretora da EMEB “Lar do Pequeno Montealtese”. É preciso fazer um contato com as mães para conversar sobre o dia a dia da criança em casa, como é a frequência de relacionamentos da mãe e de que maneira isso é apresentado a ela.

Os casos não podem ser generalizados porque cada família vive uma realidade diferente, porém devem ser avaliados com as mesmas precauções. Segundo a psicóloga Fernanda Saviani Zeoti, para avaliar essa questão, é preciso conhecer o tipo de relação que a criança tem com quem é responsável por ela. Existem questões que são diferenciadas e não causam nenhum transtorno psicológico, como

“

NOSSOS ESFORÇOS SERÃO APLAUDIDOS TODA VEZ QUE FILHOS DA MÃE CONQUISTAREM UMA VIDA INDEPENDENTE. Roberta, 32 anos

”

os avós que criam muito melhor do que os pais, crianças educadas pela mãe, crianças que vivem muito bem somente com pai e outros casos que não geram, necessariamente, um problema emocional na criança. “Porém, há sim, casos em que a falta de um dos pais é muito sofrida, significando falta de carinho, cuidados e preocupação”, confirma Fernanda. Durante os acompanhamentos são diagnosticados as necessidades que a criança tem diante da falta de um parentesco, definindo o porquê desse sofrimento.

Outro caso que retrata a situação é da mãe Roberta, 32 anos. Ela conta que a filha sente

vergonha de ir brincar na casa dos colegas e isso, depois de acompanhamento com a psicóloga, foi diagnosticado como receio de alguém perguntar sobre a ausência do pai ou questionar algo a respeito. “Minha filha tem uma ótima relação comigo e com meus pais, não apresenta nenhum problema na escolinha e no seu desenvolvimento, mas sente vergonha dos amigos e de ir a casa deles”.

De acordo com Fernanda, algumas crianças têm suas dificuldades associadas às cobranças sociais do que aos demais elementos. “Os fatores sociais que existem por uma família nuclear bem constituída que se reflete nas datas comemorativas da escola, por exemplo”, completa. Para Roberta, a falta de apoio do pai na criação da filha não muda no ser humano que ela será daqui a alguns anos. “Milhares de mulheres assim como eu, criam seus filhos sozinhas, é um incentivo maior a cada dia. Tenho certeza de que nossos esforços serão aplaudidos toda vez que filhos da mãe conquistarem uma vida independente”.



Em algumas escolas do Brasil, o “Dia das Mães” e “Dia dos Pais” têm sido substituídos pelo “Dia da Família”

“ ALICE DE CARVALHO

RUA DE RISCOS

Os relatos chocantes de violência contra a minoria feminina que vive nas ruas de Ribeirão Preto

Quem vê a mulher de cabelos curtos e sorridente reciclando sucatas não imagina a menina sonhadora e inocente que há por trás da armadura. Liziane tem 34 anos, nasceu em Brasília-DF e vive nas ruas de Ribeirão Preto há mais de 20 anos. “Índia”, como gosta de ser chamada, percorreu o país como cantora gospel. O destino trocou a estrada musical por rumos incertos que a levaram até o crack.

Liziane não está sozinha. Em três meses, a Secretaria de Assistência Social cadastrou 1.000 moradores de rua na cidade. Desse total, 855 do sexo masculino e 145 do sexo feminino. Lutar pela sobrevivência e passar noites em claro por medo de fechar os olhos seria um temor geral, não fosse o índice de uma mulher espancada a cada 24 segundos no país, segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com o Sesc Serviço Social do Comércio (SESC), em 2010.

A vulnerabilidade do gênero, mergulhada na insegurança, na violência e na falta de proteção das ruas, dispara. Liziane foi estuprada três vezes. “A primeira vez foi meu primo, por isso saí de casa, mas na rua me machucaram de verdade. Eu não queria sair com ele, não usava drogas na época, tinha 15 anos”, relembra Liziane.

No auge da adolescência, mal sabia que

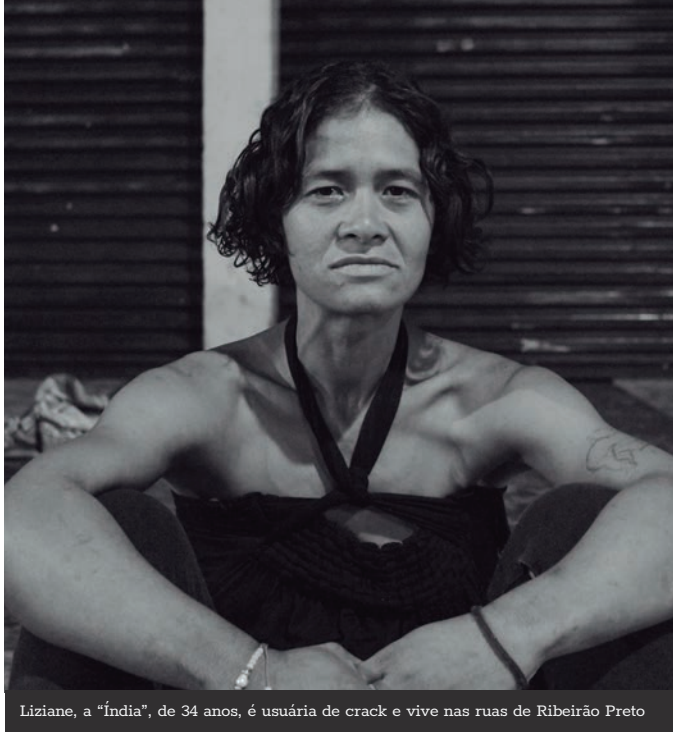
as ameaças estavam apenas começando. “Ele falou que ia me bater se não fizesse com ele. Fiz tudo o que ele quis e o que eu não quis”. O ato abriu as portas para a prostituição. Liziane viu na dor uma oportunidade de se sustentar. “Na rua, a gente é arriscado de tudo”.

O último programa a colocou entre a vida e a morte. O cliente se recusou a pagar pelo serviço e começou a esfaqueá-la. Ela não encontrava maneiras de reagir. “Ele amarrou minhas mãos e pernas e me jogou no córrego”. Liziane foi socorrida por conhecidos e ficou em coma.

Ao voltar às ruas, o sofrimento se transformou em coragem. “Já vi gente dar paulada, coronhada, pegar as meninas e arrastar pelos cabelos”. Foi nesse mesmo cenário em que presenciou a morte de uma amiga. Ela tinha feito programa e o cliente também não queria pagar. “Ele encheu a cabeça dela de pauladas”. O silêncio toma conta. “O caixão foi lacrado”.

Mesmo após ter vivido o ápice do sofrimento, Liziane não pensa duas vezes ao elencar a pior experiência que passou. “Bateram na minha cara, porque pedi um prato de comida”. Superar a violência parece banalidade. “É muito triste a gente ter fome e não ter o que comer. Ter que ir ao lixo procurar comida, beber água do chão, se escondendo”.





Liziane, a "Índia", de 34 anos, é usuária de crack e vive nas ruas de Ribeirão Preto

der do frio", lamenta.

Essa também foi a vida de Eliana, de 49 anos, por muito tempo. Ex-alcoólatra, ela já fugiu da reabilitação e tentou suicídio. "As pessoas viam o jeito que eu ficava e se aproveitavam. Pegaram minha bolsa com documentos e jogaram no rio". Por sorte, ela ainda se lembra dos dois sobrenomes que carrega. Já apanhou e recebeu ofertas de prostituição. "Têm muitos homens que pensam que, só porque você é mulher, uma pedra de crack faz você sair com ele".

Ela conta que até mesmo as autoridades, que deveriam zelar pela segurança da sociedade, abusam da violência. "Uma vez, estava fumando crack, eles chegaram e mandaram todo mundo virar para parede. Fizeram sair um por um e só eu fiquei", relembra. "Mandaram eu levantar o sutiã e a blusa. Levantei. Falaram para eu me virar e colocaram a mão na minha bunda".

Eliana trabalhou em um dos melhores restaurantes de Sertãozinho quando se afastou do vício. Um dia, voltou a Ribeirão Preto e encontrou o ex-marido. "Achava que ainda gostava dele, estava sozinha e já tinha sido abandonada pela família". Para sustentar o vício, começaram a roubar. "Quem agia era eu, ele só fazia companhia". Consciente, hoje ela enxerga o motivo. "Se fosse para cair a culpa em alguém, seria em mim, com certeza".

Em dois meses, perdeu serviço, casa e vendeu tudo o que tinha para comprar droga. O problema foi quando viu as mãos vazias. "Ele me chamava de vagabunda

e me mandava roubar". Mesmo tendo sido influenciada pelo antigo companheiro, Eliana não o responsabiliza pela situação. "A maior culpada fui eu, porque não pensei, mas isso foi uma lição".

Ao conseguir vaga em uma casa de apoio particular, onde passa por desintoxicação, encontrou na iniciativa pessoal a chave para uma vida longe das drogas. "Meu foco agora é reconquistar meus filhos e minha família". A casa não recebe apoio governamental, portanto, os membros trabalham para mantê-la. Hoje, Eliana distribui panfletos pelas ruas. "Eu voltei a viver em sociedade, isso é muito bom". Sobre o ex-marido, ela é curta e grossa. "Nunca mais o vi e nem pretendo".

Mas, a culpa segue viva. A terapeuta ocupacional e doutora em enfermagem psiquiátrica pela Universidade de São Paulo, Regina Célia Fiorati, explica que o psicológico da mulher fica destruído. "Ela está muito mais vulnerável, pela própria violência de gênero que existe na sociedade".

A Secretaria de Assistência Social Municipal orienta que, ao sofrer violência, a mulher busque o Núcleo

de Atendimento Especializado à Mulher (NAEM) ou outros equipamentos municipais. O local atende mulheres vítimas de violência. No entanto, não há um projeto específico para acolher aquelas que vivem nas ruas.

A falta de proteção expõe o indivíduo a situações de risco. "A condição de rua não é legalizada, não há um estatuto. Por isso, é retirada a cidadania", explica a terapeuta ocupacional. "Se uma mulher nesse estado vai até uma Delegacia, não será ouvida por não ser reconhecida nos órgãos". Desse modo, a causa não será levada a sério institucionalmente.

Nisso, surge o uso das drogas, como forma de amortecer o sofrimento. "A pessoa consegue alterar a percepção da realidade, como uma válvula de escape". Fiorati ressalta que o problema começa nas raízes, com uma sociedade herdeira da cultura escravagista. "Ela tende a olhar as pessoas que estão na rua como se fossem culpadas pela própria situação", afirma.

A terapeuta levanta a questão da passividade da população. "A sociedade se tornou tolerante. Com isso, o poder público não faz nada". Enquanto a sociedade não cobra, o governo não elabora, as leis não se aplicam, as instituições não reconhecem e o sofrimento segue em silêncio.

“

JÁ VI GENTE DAR PAULADA,
CORONHADA PEGAR AS MENINAS
E ARRASTAR PELOS CABELOS

Liziane, 34 anos

”



“ GIOVANNA GREPI

INTIMIDADE EXPOSTA

Mulheres são 67% das vítimas de vingança pornográfica em que homens publicam, sem autorização, fotos íntimas na internet

Conhecer a pessoa perfeita é viver um sonho. Ficar apaixonado é inevitável, mas isso desmorona quando a mulher percebe que tudo era ilusão e que o amado já vivia simultaneamente outro relacionamento. “Fui do céu ao inferno”, conta a recepcionista T.S. que não quis se identificar e encontrou uma saída para o sofrimento colocando um fim no namoro.

O que ela não esperava era que o fim seria só o começo de uma situação constrangedora. A tortura começava ali, com as ameaças do ex-namorado de expor vídeos íntimos. Até hoje ela não lembra das gravações, por isso acredita que ele a tenha dopado. “Eu não dormia. Ficava olhando as redes sociais, porque tinha medo de dormir e ele divulgar os vídeos”, revela.

Depois de muitas chantagens, em um só dia, T.S. recebeu no Facebook cerca de 300 solicitações de amizade de homens. No dia seguinte, já com mais de 900 pedidos de amizade, descobriu que sua rede social estava anexada a vídeos e a fotos em grupos de pornografia. “Fiquei desesperada, tive um surto e quis me matar”, confessa.

Esse é mais um caso de vingança pornográfica ou “revenge porn”, normalmente são ex-parceiros, que como retaliação divulgam fotos e vídeos íntimos na internet sem consentimen-

to. As imagens são frequentemente feitas sem autorização ou de forma consensual quando a vítima mantinha relações com o autor do crime.

O conteúdo pode acompanhar a exposição de dados pessoais da vítima, como nome completo, número de telefone e perfil de redes sociais da vítima. De acordo com a ONG SaferNet Brasil, que monitora crimes e violações dos direitos humanos na internet, em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público (MP), foram registrados 301 casos em 2016, e destes 67% eram mulheres.

A história da jornalista Rose Leonel, em 2011, foi bem parecida com o que viveu T.S. ao romper o noivado. Por viver essa realidade, percebeu a necessidade de uma instituição voltada para o esclarecimento deste crime e, assim, há quatro anos, surgiu a ONG Marias da Internet. “O trabalho da ONG me faz muito bem, é como se eu me ajudasse também”, revela. A jornalista de Maringá (PR) teve o rosto divulgado junto a fotos íntimas. O ex-companheiro a vendia como garota de programa em blogs de pornografia. Ela recebia ligações e mensagens de brasileiros e de outros países como Estados Unidos, Portugal, Holanda e Alemanha. “Era como se um buraco negro, sem fundo, se abrisse debaixo dos meus pés”, lembra.

A vingança pornográfica é mais um dos



vários tipos de violência de gênero que ocorre em diversos países. A Convenção Interamericana de Belém do Pará da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 1994, gerou um compromisso na criação de medidas internas para a prevenção, reparação, investigação e sanção da violência contra a mulher para estados integrantes da Organização. “Ficou firmado um direito importante para a mulher: ter uma vida livre de todo o tipo de violência”, diz Fabiana Severi, advogada e professora de Direito e Desigualdades da Faculdade de Direito da USP em Ribeirão Preto.

Para a especialista, a Convenção foi importante para nomear os tipos de violência que causam constrangimento às vítimas, como a psicológica, econômica, patrimonial e física, por exemplo. A partir dela, surgiram avanços no Brasil com a Lei Maria da Penha e do Feminicídio.

Atualmente, as mulheres vítimas da pornografia de vingança podem procurar a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). “Como se trata de um crime cibernético, é importante fazer o boletim de ocorrência”, lembra a professora. Além disso, pessoas vulneráveis ou em situação de pobreza podem procurar a Defensoria Pública. “A gente chega humilhada e envergonhada e eles conse-



A vingança pornográfica ou revenge porn é a exposição de fotos e vídeos íntimos na internet sem consentimento

guem transmitir confiança e segurança na Justiça”, recorda T.S. quando foi atendida na DDM. Fabiana explica que a denúncia vai além da investigação e da possível condenação, mas é necessária para o atendimento integral à mulher em situação de violência

COM TRABALHO VOLUNTÁRIO, A ONG MARIAS DA INTERNET AJUDA A LEVAR INFORMAÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DA PORNAGRAFIA DE VINGANÇA

ou vítima que necessita de suporte psicológico e de medida protetiva.

Segundo a psicóloga clínica Amanda Fernandes, os danos causados pela vingança pornográfica são muitos. Entre eles, o constrangimento físico, abalo das relações afetivas e da autoestima, ansiedade, depressão e até risco de suicídio. A psicóloga destaca o isolamento da vítima. “Ela lida com o sofrimento se afastando da rotina com a esperança de construir uma nova história”.

Dessa forma, amigos e familiares devem entender a importância da não

“

INDEPENDENTE DA VÍTIMA CONSENTIR OU NÃO NO MOMENTO DAS IMAGENS, ELA NÃO PERMITIU QUE FOSSEM DIVULGADAS

Amanda Fernandes

”

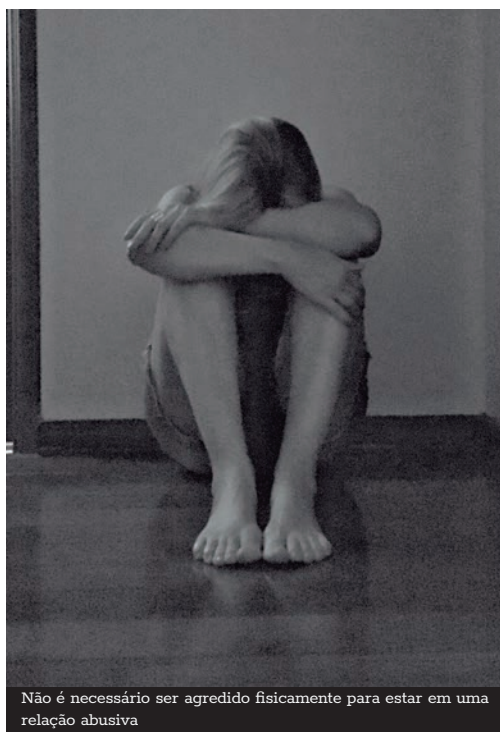
culpabilização, já que essas mulheres já vivem um momento de condenação social. Além disso, também é importante oferecer apoio, atenção ao comportamento e acompanhamento por um profissional da saúde mental. “É importante que os parceiros tenham a clareza que, independente da vítima consentir ou não no momento das imagens, ela não permitiu que fossem divulgadas”, afirma Amanda.

São muitas as mulheres que carregam diariamente o medo de serem expostas. Um desses casos é o da jovem V.S. que, após ter relação sexual com o namorado na época, percebeu uma câmera colocada em um armário direcionada para a cama. “Não era uma coisa que eu estava procurando. Ele negou a gravação, mas me impediu de ver se tinha algum conteúdo ali”, conta. Ela ainda ressalta que acaba se privando de várias situações por causa do medo.

“ GIOVANNA PRATALI

ENTRE BEIJOS E ABUSOS

Violência psicológica se torna cada vez mais presente nas relações amorosas e provoca constrangimento, humilhação, manipulação e isolamento



“Meu namorado era seco, não falava ‘eu te amo’ e não me chamava de amor, não sabia dizer ‘obrigado’ e nem ‘por favor’. Não assumia seus erros e sempre fazia com que eu me sentisse culpada pelas atitudes dele”, relata G.M. que preferiu não se identificar. Diferente do que se imagina, não é necessário ser agredido fisicamente para estar em uma relação abusiva. O tom de voz durante uma conversa, as

atitudes e posturas inadequadas são consideradas violência psicológica. Essa é a forma mais subjetiva de agressão e, portanto, difícil de identificar.

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a violência psicológica é definida como “qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que objetive degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação”.

Esse tipo de agressão resulta na culpabilidade, quadro comum em que a vítima tem vontade de se livrar das agressões, mas não do agressor que fomenta a imagem de que ela foi a responsável pela violência. “Para mim, era o caráter dele que era ruim, eu não tinha consciência do mal que ele estava me fazendo. Eu tinha muito sentimento de culpa e me sentia incapaz de tudo” conta Camila Pereira.

Os casos não acontecem somente com



mulheres. Denúncias e casos de violência contra homens têm aumentado no país. Um dos grandes obstáculos enfrentado por eles está na dificuldade em que a vítima tem em denunciar as agressões sofridas. Por isso, não se pode negar a semelhança do que acontece com as mulheres. O gênero masculino também tende a esconder ou disfarçar essa situação, principalmente porque a própria cultura ridiculariza o homem que sofre qualquer tipo de ação que o inferioriza.

Durante quatro anos, J.T, que prefere não se identificar, manteve um relacionamento no qual a companheira controlava tudo o que ele fazia: “O ciúme era doentio, ela me proibia de sair com meus amigos e também de manter amizades com colegas de trabalho”, revela. Um dos fatores relacionados à violência psicológica é a dependência afetiva da vítima. A carência provoca uma cumplicidade com os sofrimentos, além de associar que o parceiro com temperamento explosivo é protetor.

Legislação

Para proteger as mulheres, o crime de agressão está previsto no artigo 7º da Lei nº 11.340/2006, denominada “Lei Maria da Penha”, que determina como formas de violências doméstica e familiar: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Além

disso, o artigo 152º do Código Penal afirma que há crime de violência quando existem “maus tratos físicos e psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais (...) a pessoa de outro ou do mesmo sexo” com quem o agressor “mantenha ou tenha mantido uma relação análoga a cônjuges, ainda que sem habitação conjunta”.

“

POR FICAR TANTO TEMPO OUVINDO QUE EU ERA FEIA E DESARRUMADA, ENTREI EM DEPRESSÃO. PAREI DE COMER E EMAGRECI, CHEGUEI A PESAR 43KG

”

No entanto, no Brasil ainda não existem leis específicas que tratem desse tipo de violência contra homens. “O que se aproxima são artigos do Código Penal que abrangem alguns tipos de violência psicológica, tais como

o artigo 147º, que trata do crime de ameaça, e o artigo 146º, que trata do crime de constrangimento ilegal”, afirma a advogada Michelle Andrea Marcos.

Segundo Michelle, existem juízes que aplicam a Lei Maria da Penha de forma análoga para proteger homens agredidos pelas companheiras, mesmo sendo pequenos os casos de denúncias: “O número de homens que

buscam a proteção dessa Lei é bem menor do que o de mulheres. Contudo, as denúncias vêm crescendo consideravelmente nos últimos tempos”.

Os efeitos da agressão são graves e podem causar a falta de esperança,

dificuldade em confiar, em criar laços e em construir relações, ansiedade, baixa autoestima, depressão, incapacidade, culpa, além de desenvolvimento de pânico e de fobias, sensação de vazio e tentativa de suicídio. “Ela dizia que eu era feio, retardado e burro. Quando terminamos, decidi me isolar de tudo e de todos. Sentia vergonha de sair na rua e desenvolvi agorafobia, medo de espaços abertos com multidões”, conta R.A. que optou pelo anonimato.

A violência psicológica não tem sinais visíveis, porém deixa marcas por dentro, cicatrizes para o resto da vida. “Por ficar tanto tempo ouvindo que eu era feia e desarrumada, entrei em depressão. Parei de comer e emagreci, cheguei a pesar 43kg na época”, descreve L.M, vítima de um relacionamento abusivo durante seis anos.

Em algumas pessoas, esses sintomas podem provocar o consumo de substâncias ilícitas e a automedicação, aumentando os riscos à saúde. “Quando não se fala sobre o acontecido, as dificuldades podem emergir com problemas emocionais, cognitivos e comportamentais. Em alguns casos, podem gerar agressões físicas e em situações mais graves devemos considerar os pensamentos ou tentativas suicidas”, explica a psicóloga Érica Zampolo Miguel.



“Ela dizia que eu era feio, retardado e burro”, relembra R.A.

FRANCINE RODRIGUES

HOMEM MODERNO

Para um maior equilíbrio das relações entre o masculino e o feminino, as tarefas de casa estão deixando de ser uma atribuição exclusiva das mulheres

Certamente, você já ouviu sua avó ou uma tia mais velha dizer: “Mulher tem que cuidar da casa e dos filhos, enquanto o marido trabalha para sustentar a casa”. Pois é. Lavar, passar, cozinhar e até mesmo cuidar dos filhos até o final do século XX era algo exclusivo das mulheres. Porém, mais conscientes, os homens vêm mudando esse pensamento nos dias atuais.

Em Ribeirão Preto, existem homens dispostos e que colaboram em casa, como o do técnico de informática Marcos Zocarato, de 31 anos. Criado em um ambiente machista pela mãe e pela avó, Marcos admite que antes de se casar não podia nem cozinhar. “Nunca fiz nada. Minha avó ficava brava comigo se eu fizesse algum serviço de casa. Não sabia nem fritar um ovo”. Realidade

bem diferente com a esposa e assistente de recursos humanos, Munira Ferraro, de 25 anos.

Consciente de que sua criação, de certa



Eder semanalmente leva Ísis para brincar no parque

forma, era errônea e de que não poderia levar isso adiante, Marcos reconhece seus próprios méritos. “Eu sempre tive pró-atividade em ajudar dentro de casa. Quando morava com a minha mãe e minha irmã, eu limpava e ajudava”. Marcos acredita que nos dias atuais, não existe a obrigação em colaborar, mas prevalece o bom senso. “Tanto eu quanto ela, trabalhamos, nada mais justo do que dividir as tarefas domésticas”. Munira ainda complementa. “No mundo de hoje, homem e mulher trabalham fora, homem e mulher trabalham dentro de casa”.

Não é só com os afazeres domésticos que os homens estão colaborando. Dividir os cuidados com os filhos também vem se tornando cada vez mais importante para os casais modernos. Juntos



Ligação de Pedro e Henrique se tornou mais forte com o passar do tempo



há dez anos, a cabeleireira Héliida Belém, de 23 anos, divide os cuidados da pequena Ísis com o marido e operador de máquinas, Eder Belém, de 28 anos.

Por trabalhar de madrugada, ele sempre aproveita algumas horas do dia para organizar a casa. “Costumo deixar a Héliida mais sossegada. Em casa, eu que limpo e todos os dias faço o jantar, enquanto ela fica com a Ísis”. Pais de primeira viagem, entre todos os cuidados que Eder tem com a família, Héliida relembra com carinho o primeiro banho que o esposo deu na filha e afirma confiar inteiramente nele. “O primeiro banho em casa foi o Eder que deu na Ísis. Conforme ela chorava, eu me apavorava, já ele não. Desde o começo, como eu vi que ele conseguia, eu peguei confiança”.

Para Eder, todo esse cuidado que ele tem com a casa e a família tem a ver com o exemplo do pai, que colaborou e ainda auxilia a mãe. “Até hoje meu pai cuida de casa. Sempre gostei de fazer as tarefas dentro de casa, isso vem de família”.

De acordo com o jornalista e escritor do best seller “O Papai é Pop”, Marcos Piangers, essa aproximação do pai com os filhos está tornando os homens mais sensíveis. “Nossa geração é mais sensível. A grosso modo, tivemos pais distantes e pouco afetu-

osos. Queremos quebrar esse ciclo, certamente”.

Para a psicóloga Patrícia Bodoni, os benefícios psicológicos para o casal e filhos são inúmeros, pois o homem assumindo as tarefas de casa aceita também o compromisso de estar junto, de participar mais ativamente, deixa de ser autoritário e centralizador. Esse bem-estar nem sempre acontece de maneira calma e natural. Às vezes, são em momentos difíceis que o homem encontra forças para cuidar da família.

Foi o que aconteceu com o cartorário Pedro Augusto Ferreira, 33 anos. Casado com a fisioterapeuta Priscila Ferreira, 36 anos, após o nascimento do filho Henrique de apenas um ano e quatro meses, ele se viu com uma grande responsabilidade, a de cuidar do filho recém-nascido praticamente sozinho. Tudo isso, porque a esposa teve que enfrentar durante os dois primeiros meses de vida do filho a tão temida e sofrida depressão pós-parto. Por conta da fragilidade emocional, Priscila se sentia incapacitada de cuidar do filho, da casa e de fazer tarefas simples do dia a dia, como até mesmo um simples arroz.

Foi aí que Pedro, com determinação e amor pela família assumiu toda a responsabilidade do lar. Apesar de toda turbulência emocional que o casal



viveu, Priscila admira muito o esposo por tudo que fez e faz pela família. “Achamos que não iríamos sobreviver. Um pós-parto, nosso primeiro filho, uma depressão, foi muito difícil. Mesmo no serviço me supervisionava de longe e sempre que eu o chamava ele vinha para casa”.

Pedro teve todo apoio da empresa onde trabalha. Além dos cinco dias da licença-paternidade, que todo pai tem direito, a empresa adiantou as férias e ainda concedeu mais 15 dias para cuidar da família. “Eu fiquei todo esse tempo com ela. Logo que retornei, tinha a autorização para voltar para casa quando precisasse”.

Para Piangers, apoio como esse que Pedro teve por parte da empresa, são pequenos avanços para a sociedade atual. “Muitas

atitudes tem que mudar ao nosso redor para incentivar homens a serem participativos e se entenderem como agentes familiares”.

Essas mudanças culturais entre os homens estão deixando para trás os comportamentos machistas. A psicóloga Patrícia Bodoni afirma que, aos poucos, eles vêm se adaptando psicologicamente com essa nova realidade e que uma boa conversa pode fazer muita diferença. “Hoje, o conhecimento pode facilitar. Homens mais instruídos se adaptam mais facilmente, sem dizer que com o apoio da companhia isso se torna mais fácil”. Patrícia explica que ajudar e colaborar são coisas distintas. “Ajudar significa que a responsabilidade não é sua e sim de outro. Colaborar os dois assumem as responsabilidades por igual”.

AVENTURAS DE UM PAI SOLTEIRO

**Contrariando paradigmas, paternidade se renova;
Érico Aires adotou uma criança aos 41 anos**

Tem gente que ainda acha estranho quando ouve que um homem cuida do filho sozinho. Ainda mais no Brasil, onde quatro milhões de crianças não têm o nome do pai na certidão e, conseqüentemente, a participação das mulheres é maior quando se trata dos pequenos. Apesar do número, especialistas apontam que os rapazes estão mais próximos da família e vêm levando a paternidade mais a sério. Muitas vezes questionada pela sociedade, a prática serve de palco para novidades, avanços e sentimentos. “Ele foge para minha cama quase todos os dias. Então, eu sempre acordo com um menino, um cachorro e uma gata espalhados pelo colchão”, assim começa a entrevista com o sociólogo e jornalista Érico Aires, que, aos 41 anos, decidiu, sem parceira ou parceiro, adotar uma criança.

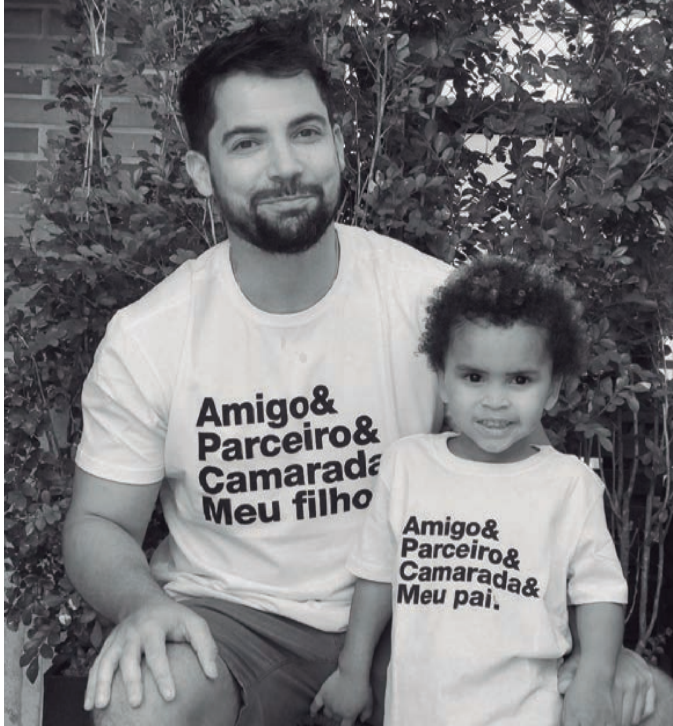
A cena descrita pelo brasileiro, que há 16 anos vive em São Paulo, se repete desde meados de outubro de 2016, quando o João, hoje com quatro anos, saiu de um abrigo para menores e foi morar com o novo pai, em um sobrado azul, desses bem com cara de casa mesmo, com escada, plantas e muito sol na janela. Para o homem que se divide entre o preparo de sucos verdes, iogurtes, exercícios físicos, trabalho e episódios de “Patrulha Canina”, o fato de ter se tornado um pai autônomo, como se auto-denomina, não faz dele um cara especial. “Aquilo que faço não é diferente do

que as mulheres já fazem normalmente. No entanto, recebo muito mais elogios, afinal, sou um homem ‘maternando’”.

A crítica se baseia no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Criado em 1990, o documento estabelece que a responsabilidade pelo cuidado das crianças brasileiras pertence à família, ao Estado e à sociedade, e não ao homem ou à mulher, especificamente. O advogado Paulo Trevisani pensa da mesma maneira e diz que para adotar uma criança, ao contrário do que muitos pensam, a pessoa não precisa ser casada. “A questão não é o estado civil. São as condições para se criar o filho”.

Orgulhoso pela adoção, Érico conta que todo o processo, desde a primeira ida ao Fórum até o menino se tornar membro da família, levou apenas 18 meses. O que pode ser considerado um tempo pequeno no Brasil. Segundo a assistente social Teresa Marzola, os adotantes podem esperar até dez anos por uma criança, quando não desistem. Ela afirma que esse longo período está relacionado à grande burocracia do sistema nacional e também aos critérios de quem adota. “Mesmo já enfrentando batalhas e prazos judiciais, muitos ainda persistem em querer apenas bebês brancos de até dois anos”, completa.

Apelidado de caboclo pelo pai, do alto de pouco mais de um metro de altura, o garoto é responsável por grandes



Em 2017, Érico e João comemoraram o primeiro dia dos pais juntos.

mudanças na vida de Érico. “Agora, não posso ficar sem comida em casa ou sair no meio da noite. Passei a correr, troquei alimentação, sanei minhas finanças e estou planejando o futuro. Por isso, na equação das perdas e ganhos, estou em vantagem”.

Para o psicólogo especialista em casos infantis Luiz Manoel Marzola, as ações representam os laços criados entre os dois. “Não existe modelo perfeito de família. O que vai influenciar na criação é a educação passada, seja pela mãe, pelo casal hétero, gay, ou por um cara sozinho”.

Quando o assunto é maternidade, Érico não hesita em dizer que a criança pode, sim, sentir falta da mãe e que a ausência da figura se trata de uma perda. A solução vem do passado pessoal, quando lembra da morte do pai, aos 16 anos. “O João vai receber ajuda e ferramentas para lidar com isso, da mesma maneira como re-

cebi”. Marzola explica que com a entrada da mulher para o mercado de trabalho, na década de 1940, os homens foram “obrigados” a ficar mais próximos dos filhos. “Quem cuida de uma criança precisa de dinheiro. Se os responsáveis trabalham, as tarefas são divididas”.



Questionado sobre as dificuldades do universo infantil, o papai de primeira viagem é taxativo ao dizer que “elas não são das crianças. São dos pais que não têm paciência e não respeitam o tempo delas assimilarem e fazerem as coisas”. Talvez por conta do pensamento, João vem se tornando um garoto esperto e sabe de tudo. Conheceu os pais biológicos, entende que chegou até o novo pai por meio de uma juíza e até já perguntou por que tinha apenas uma vovó. No dia da pergunta, ouviu que, “para que ele tivesse outra vó, o papai precisaria namorar alguém”. A réplica não poderia ter sido melhor:

— Namorar? Beijar na boca? Eca —, surpreendeu o menino.



A reação enojada de João também pode ser utilizada para aqueles pais que, na contramão da tendência, em pleno século XXI, não assumem os filhos. Trevisani explica que para diminuir esses casos a Justiça atua de duas maneiras. “O registro de paternidade mediante nascimento e o reconhecimento tardio, quando o possível descendente já é maior de idade.” Ambos confirmados por exames de DNA feitos por medidas judiciais. No caso do João, essa constatação não ocorreu por exames e sim pela convivência. Quando foi chamado de “papai” pela primeira vez, Érico conta que o “coração parecia que ia explodir”. Arriscando palpitar nas mudanças da paternidade, concorda que os homens estão “mais presentes, frágeis e seguros”. No entanto, acredita que muitos ainda acham que ser pai é dar dinheiro e bater no filho peralta. Ao lado de Dona Neide, que o ajuda com as refeições da casa, o jornalista se prepara para o futuro do João. Por enquanto, a missão é educá-lo e fazê-lo dormir “antes do Jornal Nacional”.

**NO INSTAGRAM,
ÉRICO
COMPARTILHA
A ROTINA COM
JOÃO PELA
HASHTAG
#AVENTURASDE
UMPAISOLTEIRO**



“ JULIANA LEAL

ENTRE PAIS E FILHOS

Mesmo sendo minoria na sociedade, os pais solteiros vêm mostrando que também podem criar os filhos

Atualmente é normal ver casais separados e mães solteiras, mas essa realidade tem se estendido aos pais também. Um exemplo desse estilo de vida é o do jornalista Nicola Tornatore, que mora em Ribeirão Preto e hoje vive com o filho. Logo depois de separar da esposa, Nicola já demonstrou interesse em ter a guarda total do filho, que na época tinha dois anos. Depois de alguns anos e de algumas medidas judiciais, Nicola conseguiu ficar oficialmente com o filho. Segundo o jornalista, nunca houve algum conflito após obter a guarda o filho. Hoje, Hugo tem 18 anos, um relacionamento saudável com a mãe, mas também ama conviver com o pai. No caso de Nicola, a separação da esposa o fez querer ficar com a guarda do Hugo. “Achei que tinha melhores condições de educar do que a mãe”, afirmou.

Casos como esse tem se tornado cada vez mais comum no Brasil. No censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2014, o número de pais solteiros era de 1,8 milhão. Segundo a psicóloga Fernanda Saviani Zeoti, essa “paternidade” pode surgir devido a várias situações a que o pai é exposto. Em muitos casos, a mãe pode falecer, abandonar os filhos, os pais podem se divorciar e ocorrer uma disputa pela guarda.

Sofia tem apenas um ano e meio, possui síndrome de down e, entre a terapia ocupacional, a aula de música, a nata-

ção, a fonoaudióloga e as idas e vindas ao médico, ela conta com o pai para se divertir. A mãe da criança morreu quando ela tinha apenas uma semana de vida, vítima de um infarto. Para o administrador Fabrício de Freitas, pai de Sofia, ver a filha com problemas de saúde na mesma época em que sua esposa morreu não foi fácil. “Eu tive que superar tudo para cuidar da minha filha. No início, eu nem trabalhava”.

Hoje, o relacionamento entre pai e filha é muito intenso. Eles ficam o tempo todo juntos. Enquanto Fabrício trabalha, Sofia desenvolve algumas atividades. Sempre que podem, brincam juntos, e têm que ter ânimo para aguentar tanta energia. Quando é necessário, Maria Zélia cuida de Sofia. Ela é avó da criança, mas prefere não interferir na forma que o filho educa a menina. Fabrício acha que é difícil cuidar da filha sem a mãe. “Sofia é minha vida, eu tento fazer de tudo para ela ter o melhor.”

Fabrício nunca teve problemas com a filha. “Ela sempre chama a atenção por onde passa”, afirma. No início, o administrador tinha medo sobre o futuro, mas atualmente isso não é mais um problema. Ele se acostumou à nova rotina e sabe que não está sozinho. “Se não fosse pela minha mãe, não sei como eu iria aguentar.”

Já o caso do mototaxista Thiago da

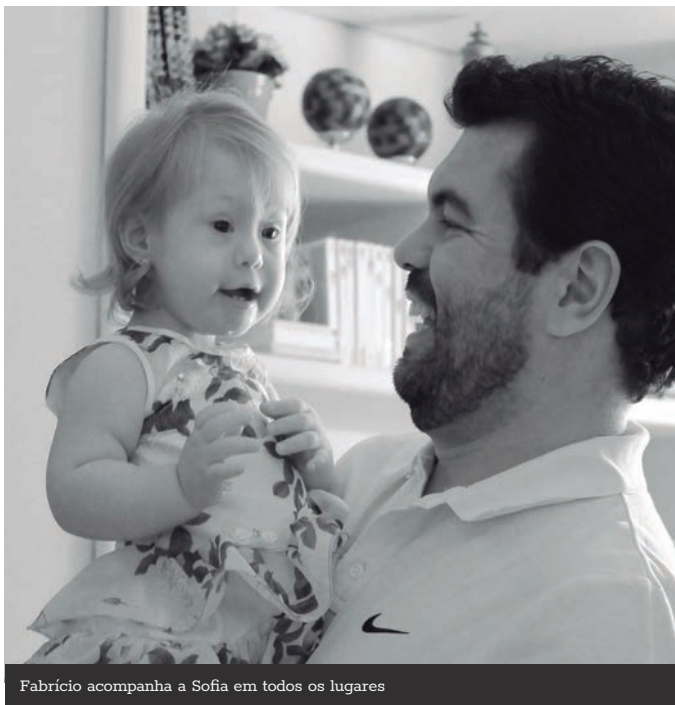


Silva foi um pouco diferente. O pai de Bruna, que hoje tem quase três anos, separou da mãe de sua filha alguns meses após o nascimento e já combinou uma forma de guarda compartilhada, sem ajuda da Justiça ou de um advogado. Segundo ele, no início, Bruna

cional, formados por pai, mães e filhos.” Quando há uma separação, é normal ver que a mãe fique com os filhos. Quando o pai assume essa postura, muitos ainda estranham, mas esse já é um estereótipo que está acabando. “Muitas pessoas estão vendo que tanto as mães quanto

rodoviários de Piracicaba, Gilmar Silva Revece, tem um caso mais delicado. Aos 22 anos, ele se tornou pai. Dois anos depois que o seu filho Kauã nasceu, a namorada o abandonou. Ela até voltou uma vez, porém, pediu para não ter mais contato com o filho. Depois dessa situ-

da mãe, mesmo sem ter nenhum contato. Gilmar ainda comenta que as principais dificuldades são em relação ao emprego. “Normalmente, eu trabalho quando ele está na escola, ainda tem os meus estudos e as outras coisas dele, mas a gente sempre arruma tempo para sair”.



Fabricio acompanha a Sofia em todos os lugares



Thiago e Bruna passam a maior parte do tempo juntos

sentia muita falta da mãe, já que ela ainda estava na época de amamentação. “Depois que ela acostumou foi fácil. Hoje em dia, ela sente minha falta quando fica longe e pede para voltar para casa.” No meio de tantas alegrias, Thiago, às vezes, tem um problema. Algumas pessoas ainda acham que ser pai solteiro não é algo bom para as crianças.

Para Zeoti ser pai solteiro não é um problema. “Muitas pessoas ainda creem no núcleo tradi-

os pais são guerreiros. Refazem toda a rotina para cuidar sozinhos dos filhos”, completa a psicóloga Fernanda Zeoti.

O bilheteiro de uma empresa de transportes

“

MUITAS PESSOAS ESTÃO VENDENDO QUE TANTO AS MÃES QUANTO OS PAIS SÃO GUERREIROS. REFAZEM TODA A ROTINA PARA CUIDAR SOZINHOS DOS FILHOS

Fernanda Zeoti

”

ção, Gilmar entrou com um pedido de guarda total na Justiça, processo que durou um ano e dois meses. Hoje, Kauã tem dez anos estuda, joga futebol, brinca com o pai, viaja para a casa da família de Gilmar e não sente falta

A Fernanda Zeoti também comenta que é normal os filhos não sentirem falta da mãe. Para a psicóloga, os filhos criam uma figura materna em uma avó, tia ou até mesmo no próprio pai. “Esse tipo de criação nem afeta no desenvolvimento da criança.” Seja criado pela mãe, pelo pai, pelos pais, pelos avós ou de qualquer outra forma, o que realmente importa é fazer que a criança seja feliz e que ela se torne um adulto responsável.

“ LÍRIA MACHADO

RECONHECENDO A DIVERSIDADE

Questões relacionadas ao gênero, como a simples troca de um nome, ainda precisam ser incorporadas ao dia a dia das instituições de ensino superior

Considerado um campo fértil para a identificação e discussão de questões importantes para a sociedade, o âmbito acadêmico ainda não está totalmente preparado para lidar com as problemáticas relacionadas à diversidade de gênero. José Lara Leite é homem, transgênero, estudante de Letras de uma instituição de Ensino Superior de Ribeirão Preto, e se frustrou ao se deparar com as dificuldades em um processo em que buscava exercer um direito já conquistado.

O estudante conta que, ao pedir o nome social na documentação da instituição, teve o pedido negado pela coordenação do curso, que até então não reconhecia a lei que determina que as instituições de ensino reconheçam a adoção do nome social daqueles e daquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente o gênero. “Percebi que eles estavam muito despreparados. Em alguns momentos, eu senti até um grande descaso”, conta o estudante.

Foi através de pesquisas em artigos da internet e com a ajuda de uma amiga do curso de direito que José se preparou para ir novamente até a coordenação, porém, o seu pedido novamente foi negado. Somente após entrar em contato com a responsável pela assessoria jurídica da instituição, o estudan-

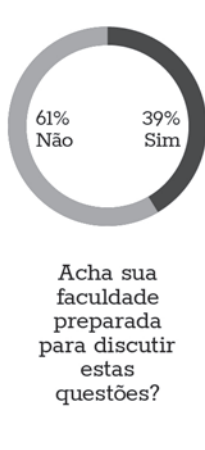
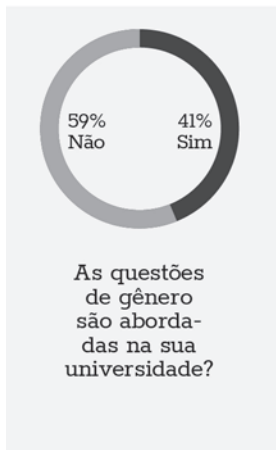
te conseguiu fazer um requerimento oficial embasado na Resolução nº 12, de janeiro de 2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais. A partir desse requerimento, iniciou o processo de registro de José, e hoje ele é o primeiro aluno da instituição a conseguir o nome social na documentação.

José conta que, mesmo sendo uma grande conquista, ainda há um caminho a ser enfrentado. “O tratamento oral ainda não é respeitado, mas isso eu sinto que é pela falta de vontade de falar o certo, pelo descaso, pelo despreparo e pelo conservadorismo.” Após o procedimento para conquistar o nome social de José, a instituição de ensino promoveu uma palestra com os docentes para discussão das questões de gênero e da existência de um homem transgênero na universidade. “Fiquei feliz com a iniciativa, porém, a instituição já deveria conhecer o procedimento e estar preparada para nos acolher. Precisei redigir um requerimento oficial para que eles se informassem sobre o meu direito. Quando eu troquei o nome no banco, em cinco minutos eles realizaram o procedimento e em sete dias o meu cartão chegou. Faltou bastante preparo para a universidade, muito cansaço poderia ter sido evitado.”



Resultados do levantamento:

O que falta na sua universidade para que haja a discussão dos temas?
48% propostas educacionais
33,7% respeito à diversidade
18,1% informação



O nome social é a denominação adotada pela pessoa transexual, que se refere à forma pela qual ela se identifica e é reconhecida por sua comunidade. O não uso do nome vai contra dois decretos (federal e estadual) e infringe às deliberações do Conselho Estadual de Educação e da Lei Estadual nº 10.948.

Espaço de escuta

Segundo a professora pesquisadora Dantielli Garcia está surgindo um espaço para a discussão dessas questões no ensino superior. Porém, é necessário que a discussão cresça para que o assunto tenha a visibilidade necessária. “O despreparo da universidade está interligado ao Estado. A universidade, mesmo com sua autonomia, não consegue legislar. Mesmo que ainda pequena, é importante que haja a abertura dessas discussões nas universidades. Elas são uma forma de diminuir o preconceito, aprender a respeitar a diversidade, escutar os

sujeitos e compreender as subjetividades. É importante que seja criado um espaço de escuta para servir como auxílio.”

Em contrapartida, na luta pela inserção de debates que remetam às questões de gênero na esfera universitária, a Liga de Estudos de Gênero e Sexualidade (LEGS), da EEARP USP (Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto) aborda, através de palestras, reuniões e simpósios, as temáticas

de gênero, sexualidade e identidade, para profissionais da saúde e/ou educação e aos demais alunos da Universidade de São Paulo do Campus de Ribeirão Preto.

Fundada em dezembro de 2014 pelos próprios alunos, a LEGS levou novos conceitos e abordagens aos tutores, professores e alunos, possibilitando uma mudança dentro e fora da sala de aula. “A liga proporciona um discurso aberto, um ambiente de

escuta, onde é possível aprender e dialogar sem medo. Desde a criação, notamos uma grande diferença nos assuntos abordados na sala de aula e no interesse dos alunos, não só da faculdade de enfermagem, em aprender e em estimular os debates sobre essas questões”, conta um dos fundadores da Liga, Elias Teixeira.

Em um levantamento feito através de um formulário do Google, um total de 96,4% dos alunos das instituições de ensino superior de Ribeirão Preto acham de extrema importância que haja movimentos estudantis independentes para abordar e debater as questões de gênero e de sexualidade. Para os estudantes, essa é uma forma para que se criem cada vez mais espaços para a difusão de conhecimento dessas temáticas, respeito à diversidade e espaço para todos, tornando assim, cada vez mais, a universidade um ambiente capaz de acolher, informar e instruir a todos.



José é o primeiro homem trans da sua universidade a conseguir o nome social na documentação

“ LEONARDO SEGUR

REDESIGNAÇÃO SEXUAL

Médicos explicam que a cirurgia de redesignação sexual é apenas parte do processo de transexualização. Por causa da longa espera, alguns pacientes decidem pagar pelo procedimento

A cirurgia de redesignação sexual, popularmente chamada de mudança de sexo, começou a ser oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em agosto de 2008. No estado de São Paulo, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP e o Hospital Estadual Mário Covas, ambos na capital, fazem o procedimento gratuito. A demora da fila de espera tem frustrado pacientes que querem dar continuidade ao processo transexualizador. É o caso de uma das entrevistadas, de 33 anos, que adota o nome fictício de Júlia. Por dois anos, ela passou por acompanhamento médico e psicológico em Ribeirão Preto. Ao final do período, estabelecido pelo Ministério da Saúde, foi encaminhada para São Paulo. “Chegando lá me informaram que eu precisaria passar por mais dois anos de tratamento antes de entrar na fila”, conta Júlia. “A frustração fez com que eu tomasse uma medida desesperada”. Após voltar de São Paulo, acreditando que não conseguiria esperar ainda mais, Júlia tentou retirar os testículos em casa com ferramentas improvisadas. “Naque-la época, eu já não tinha suporte para lidar com a situação”, conta Júlia. Ela foi socorrida e levada ao hospital por vizinhos, onde o órgão foi reconstruído.

O tempo médio de espera para a cirurgia de redesignação sexual no Estado é de 10 anos. Em São Paulo, cerca de 900 pacientes estão na fila, segundo dados

da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Não é permitido regular pacientes para outros estados.

“Um dos pontos abordados com os pacientes é que a espera pela cirurgia demora bastante. Por isso, é importante compreender que a cirurgia genital é apenas parte de todo o processo de transexualização” explica a psicóloga Adriana Peterson Mariano Salata Romão, que faz parte do Ambulatório de Estudos em Sexualidade Humana do Hospital das Clínicas Ribeirão Preto. “Cada paciente precisa ser acompanhado por uma equipe multidisciplinar, por no mínimo dois anos, antes de passar pelo procedimento”, explica a ginecologista e obstetra, Lucia Alves da Silva Lara, coordenadora do Ambulatório de Estudo em Sexualidade Humana do Hospital das Clínicas Ribeirão Preto. Até o final de 2016, o SUS realizou 349 cirurgias de troca de sexo em todo o Brasil, segundo o Ministério da Saúde.

Foi durante esse período conturbado, há quatro anos, que Júlia conheceu Agatha Lima, transexual, ativista e coordenadora de uma ONG LGBT. “Estava em casa quando recebi uma ligação do hospital, dizendo que tinham recebido uma transexual que tinha se mutilado”, conta Agatha. A dor de não se identificar com o gênero já era conhecida pela ativista. Em 2007, ela pagou 41 mil reais pela cirurgia de redesignação sexual.





Depois de passar pela cirurgia, Agatha Lima, aos 47 anos, se sente como uma mulher



Médicas do Ambulatório de Estado em Sexualidades Humanas, Adriana Romão e Lucía Lara, enfatizam a necessidade do tratamento multidisciplinar

“O procedimento durou seis horas e não foi feito de forma profissional. A cirurgia necrosou e fiquei mutilada”, relata Agatha.

Durante dois anos, Agatha passou por quatro cirurgias de reparação com o mesmo médico. Gastou mais de 200 mil reais e precisou vender um imóvel para pagar os custos. “Descobri que esse cirurgião fez isso com centenas de pessoas. Eu e outras vítimas nos unimos e em 2015 conseguimos fechar a clínica e impedi-lo de voltar a operar”. A ativista ainda aguarda o resultado de uma ação indenizatória contra o médico. A médica Lucía Lara explica que a cirurgia é um procedimento de alta complexidade e pode gerar complicações. “Às vezes, é preciso novas intervenções cirúrgicas para corrigir possíveis complicações”, conta Lucía. Para o procedimento é necessário uma equipe cirúrgica composta de urologista, ginecologista e cirurgião plástico.

Preparação

A cirurgia de redesignação sexual é irreversível. Por isso, o Ministério da Saúde estabelece uma série de medidas cautelares. Um dos requisitos é ter no mínimo 21 anos. A pessoa transexual precisa ser acompanhada em um hospital credenciado, onde vai receber atendimento médico e psicológico. Somente após esse período é possível entrar na fila de espera para a cirurgia.

O Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto não tem um ambulatório especializado em tratamento de pessoas transexuais. Por causa do tamanho da fila de espera, o Hospital das Clínicas de São Paulo não aceita novos encaminhamentos desde 2015. Atualmente, 151 pessoas transexuais são acompanhadas no Ambulatório de Estudos em Sexualidades Humanas. “O ideal seria ter uma equipe com endocrinologista, psiquiatra, ginecologistas, psicólogo e fonoaudiólogo só para acompanhar pessoas transexuais”, afirma Lucía.

A equipe do Ambulatório de Estudos em Sexualidades Humanas trabalha com quatro ginecologistas, um psiquiatra, um psicólogo e um fonoaudiólogo. O primeiro passo do acompanhamento é ser avaliado pelos profissionais do ambulatório. Depois o paciente passa por uma bateria de exames de saúde. “Só então começa a terapia hormonal”, conta a Lucía Alves. Como não existe uma equipe específica para atender pessoas transexuais, algumas consultas chegam a ter um intervalo de seis meses.

“Nos primeiros resultados do tratamento hormonal, já é possível notar uma melhora na autoestima”, conta a psicóloga Adriana. O acompanhamento inclui a raspagem do pomo de adão e a adequação da voz do paciente com o gênero. O processo de transexualização pode começar quando o paciente atingir a maioridade, mas não existe data para terminar. “É um acompanhamento contínuo, que não termina com a cirur-

gia”, explica Adriana.

Por uma década Agatha foi garota de programa na Europa junto com outras pessoas transexuais e travestis. Hoje, ela tem seu próprio salão de beleza, que divide terreno com a ONG da qual é coordenadora e secretária. “Estar no mercado de trabalho é uma forma de demonstrar nosso empoderamento” conta Agatha.

Após passar nove anos sofrendo com as complicações da cirurgia de redesignação sexual, em julho deste ano, ela se submeteu a um novo procedimento, desta vez com outro cirurgião e com os custos pagos pelo convênio médico. “Pela primeira vez em 47 anos, eu me sinto absolutamente mulher, sem medo de me olhar no espelho”, conta Agatha. Desanimada com a demora do SUS, Júlia tem trabalhado como faxineira e coletando materiais recicláveis durante o dia e a noite. “O objetivo é conseguir 40 mil reais para pagar pelo procedimento”.

“ MARIA JÚLIA PEREIRA

A REDESCOBERTA DOS GÊNEROS

As definições de gêneros estão além da dicotomia homem e mulher. Identidade de gênero, ideologia de gênero, transgênero e outros termos crescem nas discussões da sociedade

Durante a maior parte da história da humanidade houve apenas dois gêneros, homem ou mulher, o feminino ou o masculino. Mas nos últimos anos isso mudou e novos termos como andrógino, butch, genderqueer, intersexo, transgênero e transexual passaram a fazer parte do cotidiano, aumentando a possibilidade das pessoas se encontrarem.

Nessas novas definições algumas pessoas não se encaixam em nenhum dos dois gêneros tradicionais, e encontraram a liberdade de ser quem são a partir dessas novas denominações. Primeiramente é importante entender que gênero e sexo não são a mesma coisa. Sexo está ligado ao âmbito biológico, ou seja, ao feminino e masculino. Enquanto gênero, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), “refere-se aos papéis, comportamentos, atividades e atributos socialmente construídos que uma determinada sociedade considera apropriada para homens e mulheres”.

Apesar disso, o conceito de gênero vem se modificando no mundo. O termo identidade de gênero, frequentemente usado, possui a mesma definição, isto é, a forma como o indivíduo se vê, se reconhece e é reconhecido na sociedade a partir da divisão de homem e de mulher. A ideologia de gênero, que traz o conceito de que as pesso-

as nascem iguais e ao longo da vida e vão criando sua própria identidade deve ter espaço, assim como a orientação sexual, que diz respeito a atração que se sente por outro indivíduo.

Os termos de gênero são amplos e podem mudar de acordo com a sociedade ou parte do país, podem ser usados de acordo com uma geração, mudando de acordo com o tempo. Segundo Bruna Benevides, presidente do Conselho LGBT-Niterói, secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Secretária de Comunicação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e transativista, as definições dos gêneros podem variar de acordo com cada pessoa, teoria, filósofo ou estudioso.

Em pauta nas novelas, o transexual é aquele que foi designado com um sexo no nascimento, mas se identifica com o sexo oposto, fazendo as modificações que julgar necessárias para vivenciar da melhor maneira o sexo que se identificam. A operação de troca de sexo não precisa obrigatoriamente ser feita para ser transgênero, é uma opção. O termo transgênero é usado para designar as pessoas que transitam de gênero, seja permanente ou não. Sendo assim, o termo trans se refere a qualquer in-



divíduo que não é cis-gênero, ou seja, aquela pessoa que se identifica psicologicamente e fisicamente com o sexo atribuído no nascimento.

O homem trans, Caio Moraes, desde pequeno não se encaixava nos grupos, mas não sabia direito o que era. “Eu sempre tentei ser o mais masculino possível, já tinha raspado a cabeça, tinha feito de tudo para parecer homem ao máximo, sem ter o conhecimento dessa parte do transgênero”. Seu primeiro contato com o termo foi através de Tarso Brant, modelo trans famoso nas redes sociais. Após esse contato, Caio começou a procurar informações sobre o tema e iniciou sua transição aos 19 anos, com ajuda de especialistas. “A minha transição foi tranquila. Fisicamente já está completa, mas querendo ou não vou tomar hormônios para o resto da vida,

pois algumas características podem voltar, e ainda falta resolver recursos como nome, por exemplo. Então eu sempre vou estar em transição, sempre me desenvolvendo melhor”, conta o jovem de 21 anos que se surpreendeu com o apoio que teve da família.

Apesar da história de Caio, escolher não é uma obrigação. Os agêneros são aqueles que não se enquadram em nenhuma das categorias, diferente dos bigêneros que expressam características dos dois gêneros. Alguns são mais conhecidos como os travestis que foram designados homens no nascimento, mas que se reconhecem pertencentes ao gênero feminino sem reivindicar a identidade de mulher. E outros menos conhecidos como o gênero fluido onde a pessoa transita pelos dois gêneros, simultaneamente ou não.

Os gêneros variam e não podem ser “coisificados”. Um deles é o intersexo, onde há variações nas características corporais de uma pessoa que não se encaixa nas definições médicas dominantes, estritas ao que é masculino e feminino. A ambiguidade sexual não é indispensável nessa variação. Mesmo sendo muito usado nesse caso, o termo hermafrodita não se usa aqui, pois ele não acontece em humanos.

Para Caio, a importância dessa discussão é enorme, pois muitas pessoas estão perdidas, e com a descoberta de novos gêneros

elas têm a chance de se encontrarem e se informarem. Contudo, o mais importante é entender que as possibilidades e formas de expressões pessoais na sociedade são infinitas. A forma como elas se percebem no campo social, como vivem e agem é algo pessoal e que deve ser respeitado. “No campo das identidades individuais, cada um é livre para ser quem é. No campo social, ainda há a necessidade de tentar minimamente entender as demandas de cada segmento a fim de pautar políticas públicas para essas populações”, finaliza Bruna.

VARIAÇÕES DE GÊNERO

Algumas das variações de gênero/identidades mais comuns encontradas mais no Brasil:

Agênero: pessoa que não se enquadra em nenhum dos gêneros binários (masculino/feminino);

Bigênero: pessoa que expressa características de ambos os gêneros binários (masculino/feminino);

Gênero Fluido: pessoa que transita entre os dois gêneros (se comporta com ambos os gêneros, simultaneamente ou não);

Intersexo: é um termo usado para descrever variações nas características corporais de uma pessoa que não se encaixam nas definições médicas hegemônicas, estritas ao que é masculino ou feminino.

Trans: usado para repre-

sentar todas as pessoas que não são cisgêneras; **Transgênero:** designa pessoas que transitaram de gênero em algum nível, seja de forma permanente ou não.

Travestis: pessoas que foram designadas enquanto homem no nascimento, mas que se reconhecem enquanto pertencentes ao gênero feminino, sem reivindicar a identidade de mulher;

Transexual: pessoa que não se identifica com o gênero atribuído no nascimento e vivência papéis do gênero oposto. No Brasil se apresentam enquanto mulheres trans e homens trans;

*O material completo fará parte da Cartilha de Gênero da AN-TRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)



“Com a descoberta de novos gêneros, mais pessoas podem se encontrar”, conta Caio Moraes

ACEITAR PARA REINTEGRAR

A ONG Asgattas de Ribeirão Preto busca reintegrar transexuais e travestis à sociedade, por meio de ações de cunho social

O Brasil tem, hoje, 1,4 milhão de pessoas transsexuais, incluindo travestis, mulheres e homens trans. Os números são da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Ainda segundo a Associação, apenas 9% dessa população está inserida na sociedade, como por exemplo, registrada em regime celetista ou matriculada em alguma instituição de ensino. A esmagadora maioria está na prostituição.

A não aceitação familiar — muitos saem de casa ainda jovens — e o despreparo da educação brasileira em trabalhar a diversidade e evitar o bullying fazem com que muitos transexuais deixem as salas de aula precocemente. Somando a baixa escolaridade, a crise econômica que o país atravessa e o preconceito enraizado na sociedade, há um número ínfimo de trans com acesso a empregos que exigem pouca ou nenhuma experiência. “Nas minhas palestras, eu costumo perguntar: você daria emprego para uma travesti na sua casa?”, questiona Agatha Lima, fundadora da ONG Asgattas, em Ribeirão Preto. A organização, fundada em dezembro de 2010, nasceu da necessidade de organizar a comunidade das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) de Ribeirão, principalmente a transexual, travesti e transgênero. Hoje, segundo o publicitário e atual presidente da ONG, Washington Ricardo,

a Asgattas objetiva ensinar, capacitar e dar direcionamento à comunidade LGBT e a todo o seu círculo social.

De maneira audaciosa, Agatha, que também fazia parte da Antra, foi aos pontos de prostituição no município divulgar a sua ONG. Os primeiros recursos vieram por meio de doações das próprias travestis. Com o ativismo enraizado, a cabeleireira Agatha doou parte do terreno para a instalação da sede da Asgattas. Após passar o bastão da presidência para Ricardo, ficou com a função de tesoureira da organização. Além dos dois, outros quatro funcionários auxiliam nos trabalhos de campo da entidade.

Ações

Quem chega à Asgattas passa por uma rigorosa triagem. Após informar todos os dados pessoais, a equipe da organização busca entender quais são os problemas enfrentados por aquela pessoa e qual a melhor forma de ajudar. “A pessoa vem aqui com um problema e nós fazemos a ponte com o poder público e as empresas”, explica Ricardo que já possui um contato próximo com as empresas que contratam pessoas trans.

Após se associar à ONG, os funcionários tentam resolver as demandas do indivíduo. Caso ele esteja passando pelo processo de mudança de sexo, ou de nome civil, a Asgattas oferece tratamen-



Aghata Lima no bate-papo sobre diversidade sexual

to psicológico gratuito todas as quintas-feiras. “Basta dar o primeiro passo e nos procurar. Não temos como tirar a pessoa de dentro de casa e trazer até aqui”, comenta Agatha, lembrando das pessoas que desistem no meio do caminho ou não tem coragem de iniciar o processo. A mudança de nome civil, legalmente reconhecida como retificação de nome, é um processo complexo. “São necessários vários laudos, pericial psicológico, psiquiátrico e endocrinólogo. Todos que procuram a entidade, a Asgattas encaminha gratuitamente. Temos parcerias com o Hospital das Clínicas e advogados

que nos ajudam muito”, explica a ativista.

Desse modo, a Asgattas supre deficiências que o poder público não consegue resolver, contudo, não recebe verbas insuficientes. A maior parte dos recursos da organização vem por meio de editais conquistados em parcerias com a Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto. Para se ter uma ideia, muitas ações de combate a doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) realizadas pela Secretaria da Saúde utilizam o mapeamento feito pela ONG. Segundo a base de dados que a Asgattas levantou nos últimos sete anos de atu-

ação, Ribeirão possui 279 travestis, 212 mulheres trans e 79 homens trans.

Terceiro setor

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular em 2013, cerca de 37% dos brasileiros rejeitariam um filho ou uma filha homossexual. O percentual é maior entre o gênero masculino: 45% dos homens e 35% das mulheres não aceitariam um filho homossexual. Contribuindo para esse cenário, de 20% a 30% dos jovens em situação de rua no mundo são LGBT, essa é uma taxa superior à de LGBTs na sociedade. Os números são do Departamento de Ciên-

cias Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

Um reflexo dessa situação é a travesti R.S, que preferiu não divulgar o nome completo. “Eu sou de uma cidade pequena aqui da região, muitas meninas que vêm trabalhar na noite em Ribeirão Preto são de fora, tem gente até de outro estado”, conta R.S que mudou para Ribeirão aos 19 anos e conheceu a ONG no início. “Não cheguei a ser expulsa de casa. Isso meus pais não tiveram coragem de fazer, mas também não aceitavam minha sexualidade. Eles não me chutaram de casa, mas a pressão era tanta que eu tive que sair.”

Após realizar o seu cadastro na ONG, R.S teve uma chance para entrar em uma empresa de call center de Ribeirão Preto. Na época, ela ainda morava em uma pensão com outras travestis. Atualmente, R.S está trabalhando em outra empresa, também de call center. Entretanto, não se arrisca mais nas noites da cidade. O presidente da Asgattas ressalta que ainda há um estigma muito forte no mercado de trabalho. “A sociedade ainda carrega essa imagem que todo gay trabalha com cabelo, em call center ou em shopping”, desabafa Ricardo que já chegou a sofrer ameaças dos agenciadores das travestis, por tirá-las das ruas.

Ribs+ é o primeiro aplicativo LGBT de Ribeirão Preto e veio para divulgar informações sobre saúde e mapear denúncias de violações de direitos humanos da população LGBT de Ribeirão Preto. Criado pela ONG Asgattas essa ferramenta também, permite que a população possa solicitar agendamentos e atendimentos na sede da ONG sobre qualquer que seja o seu direito LGBT, sendo desrespeitado. Como a vergonha é uma grande barreira, a impessoalidade do aplicativo acaba incentivando as pessoas a pedirem ajuda. O app veio de uma parceria com o SUS e o Programa municipal DST/Aids. A ferramenta está disponível para aparelhos Android e IOS.



“ GUILHERME GHIRARDELLI

OS GÊNEROS MARGINALIZADOS

A psicóloga Samantha Ghenov acredita que a diversidade de gênero ainda é marginalizada por causa de alguns valores culturais tradicionais, ligados à família, que permanecem arraigados na sociedade

Como podemos compreender o gênero no mundo contemporâneo?

As questões referentes ao gênero podem ser compreendidas de diversas formas. Apesar de a nossa sociedade ainda carregar o peso de uma cultura essencialista, que prioriza as diferenças biológicas para a categorização dos gêneros, percebe-se que hoje em dia, há uma maior abertura para discutir essas questões com diferentes pontos de vista que abrangem a diversidade sexual e de gêneros. Isso se pode observar através de vários movimentos sociais das últimas décadas, inclusive no âmbito das políticas públicas.

Qual a relação entre as questões de gênero e as preocupações globalizadas como mudança ambiental e reestruturação econômica?

Sem dúvidas, as questões de gênero englobam muitos aspectos da vida humana. Por muito tempo, os homens estiveram à frente no que diz respeito às questões ambientais e econômicas em todo o mundo. Às mulheres cabiam apenas desempenhar um papel social que estava mais ligado aos cuidados domésticos e à criação dos filhos. Isso restringia uma participação mais ativa

na sociedade e não trazia rendimentos econômicos. Atualmente, a participação das mulheres está aumentando, mas ainda não há equidade entre os gêneros masculino e feminino.

Como a psicologia pode ajudar na identificação de gênero?

A psicologia procura compreender o ser humano nas questões que são trazidas em sua teia existencial. Isso também acontece com relação aos gêneros. De modo sucinto, procuramos compreender como as pessoas se sentem diante dessas questões e os sentidos que são atribuídos às suas vivências. O psicólogo procura caminhar ao lado, como uma “clareira”, auxiliando a pessoa na apropriação de si mesmo e na responsabilização por escolhas e consequências.

A mulher está tendo mais participação na vida política e econômica no mundo?

Relativamente, sim. Por que digo relativamente? Porque a participação das mulheres em relação ao passado, em que apenas os homens podiam participar da política e do mercado de trabalho, aumentou. Contudo, em relação ao que poderia ser, ainda é muito pouco. Podemos ver exemplos claros disso: o número de mulheres que ocupa cargos políticos não

se equipara ao de homens. No mercado de trabalho, apesar da maior inserção feminina nesse campo, ainda não ganhamos o mesmo que os homens. Isso precisa ser muito discutido e melhorado.

Como essa questão de gênero pode ser discutida no âmbito escolar?

A escola é uma instituição que faz parte do corpo social, que ensina e educa cidadãos. Ali são disseminados ideias, valores, que repercutem na sociedade. Portanto, o tema gênero, com toda a sua diversidade, também deve ser tratado na escola por professores e alunos. Pode ser por meio de palestras, filmes e até mesmo com a orientação de um psicólogo escolar. Esta prática pode trazer benefícios, ajudar na quebra de tabus e minimizar o preconceito.

Por que os gêneros ainda são marginalizados?

Acredito que a diversidade de gênero ainda é marginalizada por causa de alguns valores culturais tradicionais que estão em discursos como “a família é fruto de uma união promovida por homem e mulher”. Assim, tudo o que for diferente disso como a homossexualidade, por exemplo, é considerado algo ruim ou aberração.

Qual a linha teórica que você utiliza em seu trabalho? Como os autores dessa linha tratam as



Para a psicóloga Samantha, as diversidades não são ameaças da ordem social, mas sim conquistas de direitos humanos

questões de gênero?

Eu trabalho com a fenomenologia-existencial, uma linha filosófica que faz uma leitura diferenciada de ser humano no mundo. As questões referentes ao gênero, assim como outras questões humanas, são olhadas de maneira bem singular. Busca-se acolher as pessoas, através de uma escuta atenta, focada nos significados e nos sentidos que são próprios de cada um, suspendendo pré-concepções, ideias e valores que são universais para compreender como esse “ser no mundo” lida com suas questões sexuais, corporais... Não há determinações, assim, pode-se afirmar que o gênero diz respeito a um ser próprio, a maneira como a pessoa se compreende no mundo.

Como você acha que o Brasil (tanto governo como sociedade) lida com a diversidade sexual?

Às vezes, o governo e

a sociedade “fecham os olhos” para isso. Parecem que não querem ver. Há uma frente muito conservadora em nosso país. Com muita luta a população que defende a diversidade sexual consegue algumas aberturas na sociedade para terem direitos respeitados e viver com dignidade. Infelizmente, ainda assistimos na televisão às agressões, tanto físicas quanto verbais, sofridas por gays, lésbicas, travestis e transexuais. Isso é um absurdo.

Por que a educação deve discutir gênero e sexualidade?

Não somente na área da educação, mas essa discussão deve ocorrer em toda sociedade, pois são questões que dizem respeito a todos. Somos humanos, a liberdade e os direitos devem ser iguais para todos, independentemente de orientação sexual, etnia, nível

socioeconômico. Acredito que a medida que se amplia essa discussão, pode-se compreender que as diversidades não são ameaças da ordem social, mas sim conquistas de direitos humanos.

Por que os grupos conservadores não aceitam as diferenças sexuais?

Um movimento interessante que ocorre na sociedade ou na cultura conservadora é o da homogeneização, ou seja, padrões que devem ser seguidos para preservar uma “ordem social ou cultural”. Tudo o que se desvia desses padrões representa uma ameaça a essa ordem. Assim, as diferenças são vistas como problemas que devem ser combatidos para que a “ordem” prevaleça.

O que fazer para combater o preconceito contra esses grupos?

A aproximação e a compreensão sobre outras formas de ser é um dos caminhos para acabar com o preconceito. Devemos compreender que somos humanos e singulares. Cada um tem o seu jeito próprio de ser e de viver. A diversidade de gênero e a orientação sexual não representam ameaça a ninguém. As pessoas que pertencem a esses grupos só querem ser elas mesmas, ter os mesmos direitos e viver suas vidas com dignidade.

OS LGBTQ+ NA PUBLICIDADE

A representação da comunidade de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais na publicidade nacional levanta o debate sobre inclusão social e provoca questionamentos sobre a verdadeira intenção das marcas

O mundo da publicidade é um mercado agitado que busca sempre estar em evidência, dominando canais de televisão, cartazes espalhados pelas cidades e telas de celulares e computadores. A maior exigência de consumidores e o conseqüente aumento da quantidade de produtos ao alcance deles significam uma busca mais complexa pelo o que eles se interessam e o que desperta a atenção da sociedade. “A publicidade, seja regional ou mundial, é um espelho da

sociedade. Buscamos saber como ela está se comportando e como fazer a transmissão de seus conceitos para as campanhas, o que não deixa de ser um fator social muito importante” diz Rodrigo Cassini, sócio-diretor de criação da agência Folklore em Ribeirão Preto. A elaboração de um anúncio para determinado público-alvo deve ser feita de uma maneira estratégica e minuciosa.

Certos temas tiveram que superar obstáculos para conseguirem um espaço no merca-



Publicitários discutem a necessidade de queda de tabus e preconceitos no mercado para que a comunidade LGBTQ+ seja bem representada em anúncios e campanhas

do e realmente obter um impacto na sociedade do país. É o caso da representação da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) em anúncios publicitários no Brasil. Ao longo dos anos, o grupo passou por muitas dificuldades para ter representação na mídia nacional, enfrentando preconceito nas ruas, no trabalho e na Justiça. Na imprensa brasileira, as primeiras publicações dirigidas para homossexuais aconteceram no início da década de 60. Um movimento organizado começou apenas na segunda metade dos anos 70. Até hoje, eles sofrem preconceito em território nacional, como a recente decisão da Justiça Federal de autorizar psicólogos a realizar um tratamento da homossexualidade, uma espécie de “cura gay”, além de recorrentes casos de violência por motivos homofóbicos e transfóbicos.

Porém, o grupo LGBT cresceu e apareceu cada vez mais positivamente na mídia, devido principalmente às influências das novelas e da internet. Em 43 anos, a TV Globo teve 126 papéis LGBT em 62 teledramaturgias, segundo Fernanda Nascimento em sua obra “LGBTs nas Telenovelas”. Com o advento das redes sociais, a comunidade ganhou uma voz adicional e obteve uma maior representação no país. De acordo com uma pesquisa realizada em 10 capitais do Brasil, pela Universidade de São Paulo em 2009, 10,4% dos homens se diziam homossexuais ou

bissexuais, enquanto 6,3% das mulheres diziam-se lésbicas ou bissexuais.

Essa influência cada vez mais ascendente definiu a comunidade como uma oportunidade de mercado para a publicidade e um poderoso potencial de consumo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, famílias formadas por casais do mesmo sexo têm uma renda média de R\$ 5.200,00. “Já há algum tempo, o grupo LGBT é visto pelos olhos da publicidade, inclusi-



O OBJETIVO DA CAMPANHA ERA ABORDAR COM RESPEITO A RESSONÂNCIA ATUAL SOBRE AS MAIS DIFERENTES FORMAS DE AMOR

O Boticário



ve muitos profissionais e diretores de empresas que pertencem à comunidade possuem estilos de vida que consomem em alto nível e um padrão mais elitizado, principalmente marcas de luxo”, explica Cassini.

O publicitário enfatiza que há uma evolução constante de como os públicos-alvos são tratados nas mídias e que a publicidade deve se moldar e se adaptar de acordo com o comportamento de quaisquer gêneros presentes na sociedade. “Antigamente, as mídias eram bem menores e bem mais restritas. Hoje, a publicidade precisa acompanhar uma maior complexidade. Os tabus vão

caindo cada vez mais com o tempo, possibilitando uma renovação de gerações e uma informação globalizada”, completa o publicitário.

Um grande marco da representação dos LGBT na publicidade brasileira foi o caso da propaganda da empresa O Boticário, em 2015. Em comemoração ao Dia dos Namorados, a marca lançou a campanha com dois casais heterossexuais e dois homossexuais. A repercussão foi imensa e imediata. O vídeo no canal YouTube alcançou mais de três milhões de visualizações, 370 mil curtidas e foi compartilhado milhares

de vezes pelas redes sociais.

Houve também uma reação negativa da população, principalmente de conservadores e religiosos. Após receber dezenas de reclamações, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) chegou a avaliar se o anúncio desobedecia as regras publicitárias do país. O pastor evangélico Silas Malafaia propôs um boicote à marca, dizendo que “a história da civilização humana se baseia no homem e na mulher” e que o anúncio era “uma tentativa de ensinar a homossexualidade para crianças e jovens”. Em resposta à repercussão, O Boticário disse que o

objetivo da campanha era “abordar com respeito a ressonância atual sobre as mais diferentes formas de amor”.

No entanto, com a maior adesão de marcas ao movimento LGBT, muitos questionamentos foram levantados por quem segura essa bandeira. “Eu suspeito de algumas marcas que se aproveitam de polêmicas e causas LGBT somente para vender e lucrar, bem no momento em que o assunto está em alta na mídia”, revela Pedro Mello, homossexual e estudante de Publicidade e Propaganda.

Ele lembra casos de oportunismo do mercado como o da marca de roupas Reserva, que teve repetidas controvérsias em suas campanhas a partir de 2015, ao expor manequins com a cabeça de um macaco e de um veado juntos da frase “o preconceito está na sua cabeça”, além de usar a hashtag “somos todos macacos” e uma banana estampada em camisetas. A empresa foi acusada de machismo, racismo e sofreu muitas críticas nas redes sociais. O apresentador Luciano Huck, um dos sócios da Reserva, deixou a empresa neste ano. “As marcas deveriam se preocupar mais em conhecer de fato esse universo e apostar em coisas que sejam mais passíveis de identificação. De qualquer forma, é bom que a propaganda para os LGBT esteja presente, porque ela simplesmente não existia antes”, conclui o estudante.

“ JEZIEL ARAÚJO

MUSAS DA SOFRÊNCIA

A ascensão das mulheres no sertanejo, o chamado “feminejo”, vem abrindo caminho para a participação de novas representantes do gênero na região de Ribeirão Preto

Quem um dia duvidou que temas comuns ao universo do sertanejo universitário pudessem ser cantados por mulheres, a partir de 2016, mais precisamente, teve que abandonar essa convicção de uma vez por todas. Antes dominado por homens, o estilo viu nascer, nos últimos anos, uma forte onda feminina, liderada por Marília Mendonça, Maiara & Maraisa e Simone & Simaria.

As “musas da sofrência”, que combinam sofrimento e carência em suas canções, são consideradas as representantes da geração “feminejo”, o sertanejo protagonizado por mulheres. Nas letras que estão na boca do povo, as cantoras do gênero agora falam sobre assuntos que antes eram apenas expressados pelos homens: “pegação”, bebedeira, traição e os dissabores do amor não correspondido ou do relacionamento que não deu certo. Isso tudo, entretanto, sob uma perspectiva feminina.

Os números recentes comprovam o sucesso das cantoras. Entre os cinco álbuns mais reproduzidos no Brasil em 2016, na plataforma de streaming Spotify, estão os CDs de Maiara & Maraisa e Marília Mendonça em terceiro e quarto lugares, respectivamente. No rádio, as músicas das cantoras também estiveram: segundo a empresa de monitoramento de rádios Crowley, a segunda faixa mais tocada no país foi “Infiel”, de Marília Mendonça; a quinta, “Medo

Bobo”, de Maiara & Maraisa; e a oitava, “50 Reais”, de Naiara Azevedo.

Engana-se quem pensa que foi fácil o caminho até o topo. Muito pelo contrário, as mulheres do estilo trabalharam bastante nos bastidores antes dos palcos, até mesmo compondo músicas que viraram sucessos nas vozes de cantores sertanejos. Além disso, tiveram que superar o preconceito. “Ouvi que mulher no sertanejo não ia virar nada, que era para eu desistir”, declarou a cantora Naiara Azevedo em entrevista.

Sertanejas da região

Com diversos pubs, festivais e circuitos de rodeio voltados para o sertanejo, a região de Ribeirão Preto também se tornou palco das revelações do “feminejo”. Hoje, não é mais raro ver atrações femininas nos bares e nos eventos. Um dos principais expoentes do gênero na região é a cantora ribeirãopretana Bia Macedo. Ela já vinha sendo destaque no sertanejo desde 2009, quando fazia dupla com Gabriel. Não parou por aí. Em março de 2017, lançou a carreira solo com o CD/DVD “Essência”, gravado em Goiânia (GO).

Para Bia, o “feminejo” não é apenas um “grito de independência” e uma demonstração do empoderamento feminino, mas é, também, uma necessidade de renovação que o mercado sertanejo apresentava havia alguns anos. “Acredito que



a mulherada aproveitou a brecha. As primeiras a serem reconhecidas nacionalmente ‘puxaram o carro’ e, devagar, foram mostrando a força e o talento que as mulheres têm para oferecer, o que gerou uma identificação com esse movimento e até certa união da classe”, destaca a cantora que declara ter 82% do seu público no Youtube constituído por mulheres. Entre os ingredientes da fórmula de sucesso do gênero, ela destaca as letras que retratam assuntos sob o ponto de vista feminino. “São milhares de histórias que aproximam demais as músicas ao cotidiano das mulheres, o que eu acredito que gere essa empatia e essa conquista do público”.

Inspirada em Maiara & Maraisa e Simone & Simaria, Dany & Lorena é uma das principais duplas do “feminejo” regional.

Durante o dia, Monique é atendente em uma central de ambulâncias, enquanto Daniela trabalha como representante de uma linha de produtos para salão de beleza. À noite, as amigas assumem, respectivamente, as personas artísticas de Dany & Lorena nos pubs sertanejos de Ribeirão e região. A dupla, pioneira do estilo na região, surgiu em março de 2016, mas com o nome de Lorena & Verena, após iniciativa da antiga produtora que sonhava em ter uma dupla feminina em seu casting. Como Dany & Lorena desde outubro de 2017, as cantoras comemoram o aumento de shows na agenda.



Em sentido horário: Juliana Tavarez, Gabi Paixão, Bia Macedo e Dany e Lorena

“Essa novidade, mulheres cantando sertanejo, chama a atenção dos contratantes”, comenta Lorena.

Dany, por sua vez, ressalta a importância da união entre as representantes do gênero. Nesse sentido, ela destaca o projeto “Lokas do Sertanejo”, onde a dupla divide o palco com outras cantoras da região. “Eventos com essa proposta são muito bons para que possamos nos unir e ganhar cada dia mais espaço”.

Natural de São Joaquim da Barra, a cantora Juliana Tavarez descobriu a inclinação pela música já na infância. Aos 15, começou a cantar profis-

sionalmente. Simpatizante de vários estilos, ela diz se sentir mais completa no sertanejo. “O sertanejo me conquistou de uma forma especial e intensa, onde posso ser quem eu quero em cima do palco: romântica, santinha, louca, enfim, várias Julianas”, conta. A cantora tem como maior influência uma musa da velha guarda do sertanejo, a artista Roberta Miranda. “Dela eu herdei a sinceridade e o amor ao cantar, a paixão pelos palcos e a personalidade forte”, declara. Ela reconhece o aumento da representatividade das cantoras na região, mas faz ressalvas sobre as oportunidades

em casas de shows e eventos. “Acredito que a música cantada por mulheres tem um degrau a mais de dificuldade. Às vezes, sinto que muitos lugares e contratantes duvidam do nosso trabalho. Temos que provar a todo o tempo que somos capazes tanto quanto os homens”, frisa Juliana.

A cantora Gabi Paixão também começou a apresentar potencial artístico desde criança. Natural de Altinópolis, Gabi, fã de Maiara & Maraisa, começou a se apresentar como cantora sertaneja há cinco anos. Para ela, o protagonismo das mulheres no sertanejo é um reflexo do empoderamento feminino. “Foi graças às grandes “Pagus” (Pagu foi uma militante feminista brasileira no início do século XX) que hoje as mulheres conquistam espaço na sociedade, tanto na música como em outras áreas”, pontua.

A cantora, que, após ter se mudado para Ribeirão, divide a carreira artística com o trabalho de auxiliar de cabeleireira e designer de sobrancelhas, diz nunca ter sofrido preconceito. “Não passei por essa situação ainda. Sei me posicionar como mulher, não abro espaço para que isso aconteça. Mas, se acontecer, terei a resposta na ponta da língua”. Para Gabi, a conquista de espaço pelas mulheres no sertanejo veio para ficar. “A tendência é melhorar cada vez mais. Estamos crescendo e inovando a cada ano que passa”, conclui.

ELAS APITAM SIM!

Ingressando em um reduto tradicionalmente masculino, somente no Estado de São Paulo, dezesseis mulheres fazem parte do quadro de árbitros assistentes

A participação das mulheres no mundo esportivo começou por volta do fim do século XIX e início do século XX. Na época, essas atividades eram consideradas como “coisa de homem”. Porém, a mulher passou a se apropriar do espaço esportivo, num processo lento e progressivo. No século XIX, as regras do futebol já haviam sido criadas, mas ainda não existiam os árbitros. Com o passar do tempo, para diminuir a violência em campo, tornou-se necessário a presença do árbitro, cujo objetivo era comandar a partida. Desde então, torna-se a autoridade máxima no jogo, sendo dele a autonomia para decidir as questões pertinentes da disputa.

Com o passar dos anos, a mulher também se inseriu na arbitragem, tendo a mineira Léa Campos como pioneira nessa função. Em 1967, ela realizou um cur-

so de oito meses na escola de Árbitros da Federação de Minas Gerais. Contudo, só conseguiu um reconhecimento da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) para trabalhar na área após um apelo ao presidente da República da época, Costa e Silva. Essa aprovação da entidade máxima do futebol mundial só aconteceu em 1971. Ainda assim, para ter esse reconhecimento teve que passar por mais testes e exames para comprovar sua capacidade física. Léa foi a primeira mulher a se tornar árbitra assistente no Brasil e no mundo.

Para a ribeirãopretana Veridiana Contiliani, árbitra assistente do quadro da Federação Paulista, desde 2014, Léa é importante, pois significa um marco para a arbitragem feminina. “Ela lutou muito para estar dentro de campo, abriu a porta para todas as mulheres que exercem a profissão hoje”, completa. Já Luana Renóbio, árbitra assistente também do quadro da Federação Paulista há 5 anos, destaca o fato dessa participação ocorrer no período da ditadura no país. “A pior época da história do Brasil e ela lutando por aquilo que sonhava. Ela que nos deu o prazer de fazer o que gostamos”.

Mesmo com o passar dos anos, e as mulheres cada vez mais presentes no futebol, o esporte continua sendo considerado muito machista. Luana relata que a maior dificuldade que enfrenta na

“

É COMUM ESCUTAR
UM ‘VAI LAVAR
ROUPA OU VAI
PILOTAR UM FOGÃO’

Luana Renóbio

”



Veridiana Contiliani atua nas categorias de base de Ribeirão Preto

profissão é ser xingada pela torcida simplesmente por ser mulher. “Infelizmente, o machismo ainda está muito presente, é comum escutar um ‘vai lavar roupa’ ou ‘vai pilotar fogão’”, conta.

Veridiana acredita que hoje o preconceito é um pouco menor, mas que nunca acabará. “Infelizmente, temos que provar o tempo todo a nossa capacidade, não por estar em campo, mas por ser mulher”. Um exemplo claro desse machismo aconteceu em 2014, com a árbitra assistente Maíra Americano Labes. No caso, ela foi chamada de

“gostosa” por um treinador, enquanto apitava um jogo. A confusão aconteceu depois que o técnico foi expulso na partida entre Juventude e Chapecoense.

Contudo, elas estão cada vez mais ativas no mundo da bola. Para se ter uma ideia, atualmente, 16 mulheres fazem parte do quadro da Federação Paulista de Futebol (FPF). A presença delas se tornou comum até mesmo para os dirigentes dos clubes, Brenno Spinelli, presidente do Comercial Futebol Clube, por exemplo, relata que elas estão cada vez mais presentes no

cotidiano nos jogos. “Já tivemos e temos, ultimamente, nas categorias de base, a participação feminina nas arbitragens com resultados satisfatórios. Com competência, honestidade, imparcialidade e personalidade serão sempre bem-vindas”, completa o presidente.

Mesmo com as adversidades, as boas notícias para as mulheres continuam surgindo. Em setembro de 2017, a alemã Bibiana Steinhaus se tornou a primeira mulher a apitar uma partida como árbitra principal na primeira divisão do Campeonato Alemão. Veridiana esban-

ja felicidade com o fato e espera que ocorra no Brasil o mais rápido possível. “Eu nem acredito que isso está realmente acontecendo, é fantástico, temos muitas mulheres com potencial no país”, comemora. Brenno também mostra demonstração de contentamento pelo ocorrido, mas acredita que a expansão da arbitragem feminina ainda irá demorar. “Infelizmente, esse tipo de ocorrência ainda é esporádico e dificilmente acontecerá em evento de maior evidência. Mas é indicativo de que, com competência, as mulheres estão chegando”.

“ JÚLIA GRACIOLI

SEM O NOME DO PAI

No Brasil, cerca de 5,5 milhões de crianças não têm no registro o nome do pai. Os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo lideram esse ranking



Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2011, apontam que há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento. O estado que lidera esse ranking é o Rio de Janeiro, com 677.676 crianças sem filiação completa. Em seguida vem São Paulo que possui 663.375 crianças com pai desconhecido.

Segundo a psicóloga Jaisa Viccari, essas pessoas que crescem sem a presença paterna podem “ser amados ou rejeitados. Isso afeta a personalidade e o desenvolvimento das crianças até a fase adulta. Na prática, isso significa que as nossas relações na infância, especialmente com os pais e com outros responsáveis, moldam as características da nos-

sa personalidade.” Jaisa também ressalta que “as consequências são imprevisíveis, porque temos características diferentes de personalidade. A mãe mais madura emocionalmente ajuda os filhos a superar a ausência do pai e evita que as fantasias de abandono predominem. Na vida adulta pode ocorrer dificuldade de confiar e se apegar as pessoas, ter medo do abandono e se tornarem inseguros, indecisos e dependentes.”

O jovem de 21 anos, Yan Siqueira, estudante de publicidade conta que durante a infância teve a sorte de ter por perto pessoas que substituíram, ou tentaram compensar, essa figura paterna, como tios e o pai da irmã. “Essas pessoas sempre foram muito presentes. Também incluiu nisso a relação forte que mantive com a minha mãe que contribuiu muito para que eu não sentisse tanta falta de um pai.”

Yan também revela um caso inusitado sobre sua

vida. “Meus pais são primos, não nos falamos em aniversários, natal, etc., Sempre tive com meu pai essa relação de primos de segundo grau mesmo. Houve uma época em que tentei me aproximar, mas sem sucesso.

Quando era criança, chorei algumas vezes, mas hoje acredito que aprendi a lidar com isso”, afirma. Por mais que as mães se esforcem muito para dar conta da criação dos filhos, sem a presença paterna, o pai tem um papel importante na vida da criança. Para o controlador de tráfego aéreo, João Ramos, 31 anos, a presença da mãe nessa situação acaba sendo fundamental. “Fui adotado recém-nascido pela minha mãe. Ela não tinha companheiro na época e por isso não tenho registro de pai nos meus documentos. A infância foi como a de qualquer criança. Minha mãe se esforçou muito para que eu tivesse uma boa educação e nunca

sentisse emocionalmente a ausência”, declara João.



Para Yan Siqueira, amor de pai só existe um

A psicóloga Jaisa Viccari dá uma orientação para as pessoas que passaram por esse trauma. “Se há sofrimento em relação a esse pai ausente, procure ajuda. Podemos ser muito amados por outras pessoas. Precisamos acreditar nisso. Só a pessoa que vive isso sabe a luta diária para esquecer esse trauma.” Além de conviver com a ausência paterna, tem ainda o sofrimento com falta do nome nos registros de filiação.

JORNALISMO UNAERP

O CURSO COM A MELHOR ESTRUTURA DE ENSINO DE RIBEIRÃO E REGIÃO

LABORATÓRIO DE EDITORAÇÃO GRÁFICA

Jornalismo Impresso e Online



LABORATÓRIO DE TV

TV UNAERP

Canal 10 da NET



LABORATÓRIO DE RÁDIO

RÁDIO UNAERP

Baixe o Aplicativo Rádio Unaerp



LABORATÓRIO DE FOTOGRAFIA

Fotojornalismo



ACESSE O SITE DO JORNALISMO
ACOMPANHE OS PROJETOS E AS PRODUÇÕES DOS ALUNOS
JORNALISMOUNAERP.COM.BR

UNAERP CURSO DE JORNALISMO
Universidade de Ribeirão Preto
Campus Ribeirão Preto - Campus Guarujá



VIVA O SEU

TEMPO

**CURSOS PRESENCIAIS
NAS ÁREAS DE:**

- HUMANAS
- SAÚDE
- EXATAS
- TECNOLOGIA

**EAD-EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA**

- CURSO DE GRADUAÇÃO
NA ÁREA DE HUMANAS



INSCREVA-SE
UNAERP.BR

Campus Ribeirão Preto
0800 771 8388
f /universidadeunaerp
Campus Guarujá
0800 773 7760
f /unaerpcampusguaruja

LOCAIS DE INSCRIÇÕES E PROVAS
UNAERP Campus Ribeirão Preto
UNAERP Campus Guarujá

